



PDS LITORAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

PRODUTO: 6 RELATÓRIO DE CONTEXTUALIZAÇÃO FINAL (R.C.F.)

7

VOLUME 7 – REFERÊNCIAS

DATA: 01/03/2019

APRESENTAÇÃO

Este documento integra a parte 3 do **Produto 6: Relatório de Contextualização Final (R.C.F)**, no qual é apresentado o resultado da compilação do Relatório de Contextualização Inicial (R.C.I.), do Relatório de Atividade 02: Oficinas de Contextualização e Relatório de Contextualização Consolidado (RA02) e das contribuições recebidas durante as audiências públicas de contextualização.

Curitiba, março de 2019.

SUMÁRIO – VOLUME 8

APRESENTAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
9. REFERÊNCIAS	3
REFERÊNCIAS: VOLUME 0 – DIAGNÓSTICO	3
REFERÊNCIAS: VOLUME 1 – CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO. CAPÍTULO 2 INSERÇÃO REGIONAL. CAPÍTULO 3 ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS - “PARTE 1”.	4
REFERÊNCIAS: VOLUME 2 – CAPÍTULO 3 “PARTE 2” - ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS	26
REFERÊNCIAS: VOLUME 3 – CAPÍTULO 4 ASPECTOS AMBIENTAIS	50
REFERÊNCIAS: VOLUME 4 – CAPÍTULO 5 ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	60
REFERÊNCIAS: VOLUME 5 – CAPÍTULO 6 ASPECTOS ECONÔMICOS	86
REFERÊNCIAS: VOLUME 6 – CAPÍTULO 7 ASPECTOS INSTITUCIONAIS	92
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	108

9. REFERÊNCIAS

As referências que foram encontradas de diversas fontes e que apoiam a elaboração do PDS Litoral estão a seguir relacionadas. Conforme a necessidade de suporte ou incorporação de conteúdo das referências pertinentes, esses documentos estão sendo utilizados para subsidiar o Relatório de Contextualização.

REFERÊNCIAS: VOLUME 0 – DIAGNÓSTICO

Bem Paraná. Disponível em <<http://www.bemparana.com.br/noticia/364444/litoral-do-parana-vai-aumentar-sete-vezes-a-populacao-neste-fim-de-ano>> Acesso em 15/02/2018.

MIURA, Aika Silveira. MAPEAMENTO DE CONFLITOS DE USO E OCUPAÇÃO DA PORÇÃO AQUÁTICA DO COMPLEXO ESTUARINO DE PARANAGUÁ E PLATAFORMA RASA: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL MARINHO. Universidade Federal do Paraná. Monografia de conclusão do curso de Oceanografia. 2018.

Secretaria da Cultura: <http://www.cultura.pr.gov.br/pagina-1253.html>

Secretaria de Planejamento e Coordenação geral.

SEDU/PARANACIDADE. SEMA. IAP. Plano de Controle Ambiental e Uso do Solo Da Ilha do Mel. Paranaguá, 2004.

SEMA. CASTELA, Rosana Maria Bara; CASTELLA, Paulo Roberto; FIGUEIREDO, Débora Cristina dos Santos; QUEIROZ, Sandra Mara Pereira de. (Orgs.). Subsídios ao Ordenamento das Áreas Estuarina e Costeira do Paraná: Projeto Gestão Integrada da Zona Costeira do Paraná com ênfase na Área Marinha; Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA II; Curitiba: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, 2006.144 p.

REFERÊNCIAS: VOLUME 1 – CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO. CAPÍTULO 2 INSERÇÃO REGIONAL. CAPÍTULO 3 ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS - “PARTE 1”.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). “Em menos de dois anos, arrecadação da Receita Federal em Paranaguá cresce 240%”. 28/04/2008.

Disponível em

<http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=129>.

Visitado em 20/04/2018.

Análise da Região do Parque Estadual da Ilha do Mel. Disponível em:

http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Planos_de_Manejo/PE_Ilha_do_Mel/item2_e_ncarte2.pdf Acesso setembro 2018.

Arte & Cultura - Mbyá Rekó: O Jeito de Ser Guarani. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=QFx7mbik01I> Acesso em setembro 2018.

ASSIS, A.C.V. et. AL. Ferrovias de carga brasileiras: uma análise setorial. BNDES setorial. 43. Rio de Janeiro: BNDES, setembro 2017.

Avenir Health. Spectrum Policy Modelling System. Disponível em:

<https://www.avenirhealth.org/software-spectrum.php> Acesso em: 09/11/2018.

AZEVEDO, S; MARES GUIA, V.R. *Federalismo, atores e arranjos cooperativos nas regiões metropolitanas: possibilidades e limites para a inovação institucional*. In: RIBEIRO, L. C. de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando A. (Org.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007, p.259-274.

BRASIL, República Federativa do Brasil. Ministério da Saúde. *Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: < <http://cnes.saude.gov.br/pages/consultas.jsp>>. Visitado em abril de 2018.

BRASIL, República Federativa do Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: 1988. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Visitado em junho de 2018.

BRASIL, República Federativa do Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*.

Brasília: 1988. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Visitado em junho de 2018.

BRASIL, República Federativa do Brasil. *Decreto-Lei nº 9.760*. Brasília: 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9760.htm>. Visitado em junho de 2018.

BRASIL, República Federativa do Brasil. *Lei Federal nº 13.089*. Brasília: 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Visitado em junho de 2018.

BRASIL, República Federativa do Brasil. *Lei Federal nº 13.465*. Brasília: 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm>. Visitado em junho de 2018.

BRASIL, República Federativa do Brasil. *Lei nº 11.977*. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm>. Visitado em junho de 2018.

BRASIL, República Federativa do Brasil. *Lei nº 12.305*. Brasília: 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Visitado em junho de 2018.

BRASIL, República Federativa do Brasil. Ministério da Educação. INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/>>. Visitado em abril de 2018.

BRASIL, República Federativa do Brasil. Ministério da Educação. INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Visitado em abril de 2018.

BRASIL. 2013a. Turismo. Tipos de turismo: negócios e eventos. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/turismo/tipos-de-turismo/negocios-e-eventos>. Acesso em: ago. 2013.

BRASIL. 2013b. Patrimônio brasileiro. Cultura. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/patrimonio-brasileiro>. Acesso em: ago. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. . Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=531>>. Acesso em: 12 abr. 2018."

BRASIL. Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2005. Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5377.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018."

BRASIL. Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007. Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM, orienta a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6263.htm>.

Acesso em: 12 abr. 2018."

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.oas.org/dsd/fida/laws/legislation/brazil/brazil_6938.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto M. de. 2005. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. Revista Brasileira de Estudos da População. São Paulo: v. 22, n. 2, p. 351-369, jul/dez 2005.

BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto M. de. 2005. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. Revista Brasileira de Estudos da População. São Paulo: v. 22, n. 2, p. 351-369, jul/dez 2005.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. MTE. Ministério do Trabalho.

CARLTON, D.W.; PERLOFF, J.M. Modern industrial organization 2nd ed. New York HarperCollins College Publishers 1994

CINTRA et al. Movimentos Pendulares no Paraná. IN: Cadernos Ipardes, v.2, n.2, p.15-31, jul/dez. Curitiba, 2012.

COLIT – Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado. Cadernos 1 e 2. 2006.

COMISSÃO interministerial para os recursos do mar. PLANO DE AÇÃO FEDERAL PARA A ZONA COSTEIRA DO BRASIL. Brasília, 1998. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/Plano%20de%20Acao%20Federal%20PAF-ZC/PAF_ZC%201998.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

CROCCO; M.A. et. Ali. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. In Nova Economia. V. 16, N.2. Belo Horizonte: maio/agosto, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000200001. Acesso em 22/02/18

DESIREÉ Meira, E. “A Cachaça Morretiana e seus usos turísticos na contemporaneidade”

DIVERSOS. *Carta ao Brasil: MP 759/2016 – A desconstrução da Regularização Fundiária no Brasil*. Disponível em:

<https://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=702:carta-ao-brasil-mp-7592016-a-desconstrucao-da-regularizacao-fundiaria-no-brasil&catid=41:campanhas&Itemid=69>. Visitado em junho de 2018.

FERNANDES, R; BANDEIRA, D. WASILWESKI, M. “Patrimônio material e cultural em unidades de conservação: o caso do Parque Estadual do Boguaçu em Guaratuba”

FERNANDES, R; BANDEIRA, D. WASILWESKI, M. Patrimônio material e cultural em unidades de conservação: o caso do Parque Estadual do Boguaçu em Guaratuba-PR. In Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, n.3, v.8, p.47-65. 2014. Disponível em:

<<http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2008/04.%20FERNANDES%20BANDEIRA%20WASILEWSKI.pdf>>. Acesso em: abril 2018

FINGLETON, B.; IGLIORI, D.C.; MOORE, B.R. Cluster dynamics: new evidence and projections for computing services in Great Britain. *Journal of Regional Science*, Vol. 45, No. 2, p. 283-311, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. *Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010*. Belo Horizonte: Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações, 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. Terras Indígenas. Disponível em:

<<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em: 08 de set.de 2018.

GIVISIESZ, G. H. N.; OLIVIERA, E. L. (org.). *Demanda futura por moradias: demografia, habitação e mercado*. Universidade Federal Fluminense. 1ª ed. – Niterói, RJ: UFF, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, 2018.

GODET, Michel. Introduction to prospective. Future. 1986

GONÇALVES JR, et al. O método estrutural-diferencial: aplicação da adaptação de Herzog e Olsen para a microrregião de Maringá frente à economia paranaense 1994/2008. Informe GEPEC, v.14 (2). 2010.

GOVERNO DO PARANÁ. COHAPAR, Companhia de Habitação do Paraná. *Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR)*. Curitiba: COHAPAR, 2012.

Disponível em:

<<http://www.cohapar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=294>>.

Visitado em junho de 2018.

GOVERNO DO PARANÁ. COHAPAR, Companhia de Habitação do Paraná. *Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do Paraná (SISPEHIS) do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR)*. Curitiba: COHAPAR, 2010;2015; 2016. Disponível em:

<<http://www.portal.cohapar.pr.gov.br:81/PEHISPUBLICO/listaFormMunicipio.php>>.

Visitado em maio de 2018.

GOVERNO DO PARANÁ. COHAPAR, Companhia de Habitação do Paraná. *Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do Paraná (SISPEHIS) do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR)*. Curitiba: COHAPAR, 2010;2015; 2016. Disponível em:

<<http://www.portal.cohapar.pr.gov.br:81/PEHISPUBLICO/listaFormMunicipio.php>>.

Visitado em junho de 2018.

GOVERNO DO PARANÁ. *Portal da Transparência*. Curitiba: 2018. Disponível em:
<<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/informacoes/portallInstitucional.jsessionid=Xu8O-HsGiLkpxvdZdHD9-ngzi-nxw4a5LAFoG2kn.ssecs75004?windowId=54d>>. Visitado em junho de 2018.

GOVERNO DO PARANÁ. SEC, Secretaria de Estado da Cultura. Sistemas de Informação da Cultura (SEC). Curitiba: SEC/PR, 2018. Disponível em: <
<http://www.sic.cultura.pr.gov.br/>>. Visitado em julho de 2018.

GOVERNO DO PARANÁ. SESP, Secretaria do Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária. *Relatório estatístico – 2017*. Curitiba: SESP/PR, 2017. Disponível em:
<<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>>.

GOVERNO DO PARANÁ. SESP, Secretaria do Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária. *Relatório de crimes relativos a mortes - 2017*. Curitiba: SESP/PR, 2017. Disponível em:
<<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>>.
Visitado em maio de 2018.

GOVERNO DO PARANÁ. SESP, Secretaria do Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária. *Relatório estatístico - primeiro semestre 2018*. Curitiba: SESP/PR, 2018. Disponível em:
<<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>>.
Visitado em julho de 2018.

H.I., RIBEIRO “Histórico da ocupação do balneário de Caiobá: um relato sob a perspectiva da história ambiental” IV Encontro Nacional de ANPPAS, Brasília, 2008.
<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=305>

HADDAD, P. R. (Org.). Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD et al. Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989. p. 225-247, 1989.

HADDAD, P. R. Método de Análise diferencial-estrutural. Economia regional (Teorias e métodos de análise). Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil, 1989.

HAKKERT, Ralph; MARTINE, George. 2006. Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. Revista Parcerias Estratégicas. Brasília: n. 22, p. 347-379, jun. 2006.

HAKKERT, Ralph; MARTINE, George. 2006. Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. Revista Parcerias Estratégicas. Brasília: n. 22, p. 347-379, jun. 2006.

<http://ilhadomel.com> Acesso em setembro 2018

http://mapas2.funai.gov.br/relatorio_portal/arquivos/67801/Despacho_29_Sambaqui.pdf Acesso em setembro 2018.

<http://portalms.saude.gov.br/sesai>

<http://www.funai.gov.br>. Acesso em setembro 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1980. Censo demográfico: 1980. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1980. Censo demográfico: 1980. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1991. Censo demográfico: 1991. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1991. Censo demográfico: 1991. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Censo demográfico: 2000. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Censo demográfico: 2000. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2007. Contagem da População 2007. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2007. Contagem da População 2007. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. Perfil dos Municípios Brasileiros 2008. Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC): 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2008/default.shtm>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. Perfil dos Municípios Brasileiros 2008. Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC): 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2008/default.shtm>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010a. Censo demográfico: 2010. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010a. Censo demográfico: 2010. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. Produto Interno Bruto dos Municípios 2005-2009. Rio de Janeiro: 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. Produto Interno Bruto dos Municípios 2005-2009. Rio de Janeiro: 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012.. IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012.. IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Microdados da Componente Amostral do Censo de 2010.

IBGE Indígenas. Estudos Especiais. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/download> Acesso em setembro 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico: 2000. Educação: resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Visitado em abril de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico: 1991. Resultados preliminares do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Visitado em abril de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico: 2010.*

Educação e deslocamento: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Visitado em abril de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico: 1991.*

Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br>>. Visitado em maio de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico: 2000. Famílias e domicílios: resultados da amostra.* Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br>>. Visitado em maio de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico: 2010. Famílias e domicílios: resultados da amostra.* Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br>>. Visitado em maio de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2017.* Rio de Janeiro:

IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>.

Visitado em abril de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2014.* Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em:

<<https://munic.ibge.gov.br/index.php?periodo=2014>>. Visitado em abril de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2017.* Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=resultados>>. Visitado em maio de 2018.

IBGE, Séries Estatísticas. Disponível em:

<<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 1/06/2012. DATASUS.

IDB-2010. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2010/a06.htm> Acesso em 1/06/2012.

IBGE. Projeção da População – Edição 2018. Indicadores implícitos na projeção. Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2018/projecoes_2018_indicadores.ods Acesso em: 9/11/2018.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP. Análise da Região do Parque Estadual da Ilha do Mel. Disponível em:

[http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Planos de Manejo/PE Ilha do Mel/item2 encarte2.pdf](http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Planos%20de%20Manejo/PE%20Ilha%20do%20Mel/item2_encarte2.pdf) >Acesso em: 05 de set. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE Indígenas. Estudos Especiais. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/download> > Acesso em: 08 de set. 2018.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Antonina. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/389/>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Reserva da Mata Atlântica. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Reserva%20Mata%20Atl%C3%A2ntica.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. Justiça decide por permanência da Aldeia Kuaray Haxa em área de sobreposição com Reserva Biológica. Disponível em:

<https://terrasindigenas.org.br/es/noticia/145330>> Acesso em: 09 de set. de 2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. Mapa Guarani Continental 2016. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/america-do-sul/mapa-guarani-continental-2016> Acesso em: 09 de set. de 2018.

Instituto Socioambiental. Justiça decide por permanência da Aldeia Kuaray Haxa em área de sobreposição com Reserva Biológica. Disponível em:
<https://terrasindigenas.org.br/es/noticia/145330> Acesso em setembro 2018.

IPARDES - Instituto Paranaense de desenvolvimento Económico e Social. Diagnóstico ambiental da APA de Guaraqueçaba. Versão revista do trabalho de Macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba, publicado em 1990. 1995. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/diag_apa_guaraquecaba_texto_2_95.pdf
>Acesso em abril 2018.

IPARDES - Instituto Paranaense de desenvolvimento Económico e Social. Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. 2001. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/zoneamento_apa.pdf Acesso em julho 2018.>

IPARDES. Diagnóstico ambiental da APA de Guaraqueçaba. Instituto Paranaense de desenvolvimento Económico e Social. Curitiba, IPARDES, 1995.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Projeção da População dos Municípios do Paraná para o Período 2018 a 2040*. Curitiba: IPARDES, 2017.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município Antonina. Curitiba: IPARDES, 2018.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município Guaraqueçaba. Curitiba: IPARDES, 2018.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município Guaratuba. Curitiba: IPARDES, 2018.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município de Matinhos. Curitiba: IPARDES, 2018.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município de Morretes. Curitiba: IPARDES, 2018.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município Paranaguá. Curitiba: IPARDES, 2018.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno estatístico Município de Pontal do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2018.

IPARDES. Projeção da População dos Municípios do Paraná para o Período 2018 a 2040. Nota Técnica. Disponível em:

http://www.ipardes.pr.gov.br/ipardes/pdf/nota_tecnica_populacao_projetada.pdf
Consulta em 16/11/2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fandango Caiçara: expressões de um sistema cultural. Dossiê de registro do Fandango Caiçara. 2011.

IPHAN. Fandango Caiçara: expressões de um sistema cultural. Dossiê de registro do Fandango Caiçara. IPHAN, 2011.

KONDO, P. Revitalização do Caminho do Itupava. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Escola de Arquitetura e Design. Curitiba, 2017.

KRUGMAN P. Increasing returns and economic geography. Journal of Political Economy 99, 483-499, 1991.

KRUGMAN, P. Development, geography and economic theory. MIT Press, 1991.

Localização das Aldeias Guarani no litoral do Paraná. Disponível em:

https://www.google.com/mymaps/viewer?mid=1aqwPv_7-AvozZRhEj9X2AzkbnX0AZVzW&hl=pt_BR Acesso em setembro 2018.

Mapa Guarani Continental 2016. ISA - Instituto Socioambiental. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/america-do-sul/mapa-guarani-continental-2016> Acesso em setembro 2018.

MARTINE, George (coord.); CARVALHO, José Alberto Magno de; ARIAS, Alfonso Rodrigues. 1994. Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social. In: Texto Para Discussão, n. 345. Rio de Janeiro: IPEA, jul/1994.

MEIRA, D. A Cachaça Morretiana e seus usos turísticos na contemporaneidade.

Cadernos do CEOM. Ano 26, n. 39. 2013. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/1730/948>

Acesso em: maio 2018.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009*. Brasília: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos e Secretaria Nacional de Habitação, 2013.

MIRANDA DE SOUZA, R. Paisagem Cultural: Patrimônio histórico de Guaraqueçaba.

[Versão electrónica] Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 2, n. 2, p. 102-123, 2010.

MOURA, Rosa. Movimento Pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. In: Cadernos da Metrópole, v. 12, n. 23, jan/jun, 2010.

OMRAN, Abdel R. 1971. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. In: The Milbank Memorial Fund Quarterly, vol. 49, n. 4, 1971 (p. 509-38).

OMRAN, Abdel R. 1971. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. In: The Milbank Memorial Fund Quarterly, vol. 49, n. 4, 1971 (p. 509-38).

PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Normativa de Uso do Caminho do Itupava. Curitiba, 2002. Disponível em:

<<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Tombamento da Paisagem da Orla Marítima de Matinhos. Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Tombo 23-I.

Processo Número 23/70, de 15 de fevereiro de 1970. 2002. Disponível

em:<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=56>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Tombamento da Serra do Mar. Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Tombo 17-I. Processo Número 001/86, de 13 de agosto de 1986. Disponível em:

<<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=87>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Tombamento do Setor Histórico de Paranaguá. Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Tombo 109-II.

Processo Número 17/90, de 22 de dezembro de 1990. Disponível em:

<<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=192>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARELLADA, C.I. (coord). Relatório Final do Projeto de Caracterização do Patrimônio Arqueológico da Fazenda Polparaná-Guaçú; municípios de Pontal do Paraná e Paranaguá – Paraná. 2009 Disponível

em:https://www.academia.edu/14929576/Relat%C3%B3rio_Final_do_Projeto_de_Caracteriza%C3%A7%C3%A3o_do_Patrim%C3%B4nio_Arqueol%C3%B3gico_da_Fazenda_Polparan%C3%A1-Gua%C3%A7u_munic%C3%ADpios_de_Pontal_do_Paran%C3%A1_e_Paranagu%C3%A1

[1_Paran%C3%A1_Acesso: agosto 2018.](https://www.academia.edu/14929576/Relat%C3%B3rio_Final_do_Projeto_de_Caracteriza%C3%A7%C3%A3o_do_Patrim%C3%B4nio_Arqueol%C3%B3gico_da_Fazenda_Polparan%C3%A1-Gua%C3%A7u_munic%C3%ADpios_de_Pontal_do_Paran%C3%A1_e_Paranagu%C3%A1)

PARELLADA, C.I.; GOTTARDI A. Inventário de Sambaquis do Litoral do Paraná. Arquivos do Museu Paranaense, nova série arqueologia, n 7; p. 1-42. 1993. Disponível em:

<https://www.academia.edu/7387453/Invent%C3%A1rio_de_sambaquis_do_litoral_do_Paran%C3%A1_de_Claudia_In%C3%AAs_Parellada_and_Alberto_Gottardi_Neto_Ar

quivos do Museu Paranaense nova s%C3%A9rie arqueologia 1993 v.7 p.1-42>.

Acesso em: agosto 2018.

Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Integrado - Matinhos – Paraná (2006).

PMA. Prefeitura Municipal de Antonina. *Plano Diretor Municipal: Levantamento e Condicionantes*. Antonina: PMA, 2006.

PMG. Prefeitura Municipal de Guaratuba. *Plano Diretor de Guaratuba: Levantamento das Condicionantes*. Guaratuba: PMG, 2004.

PMM. Prefeitura Municipal de Matinhos. *Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Matinhos*. Matinhos: PMM, 2006.

PMM. Prefeitura Municipal de Matinhos. *Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Matinhos*. Matinhos: PMM, 2006.

PMM. Prefeitura Municipal de Morretes. *Plano Diretor Municipal de Morretes: Análise Temática Integrada, Diretrizes e Proposições, Plano de Ações e Investimentos*. Morretes: PMM, 2008.

PMP. Prefeitura Municipal de Paranaguá. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá: Análises Temáticas e Diagnóstico – Contexto Municipal*. Paranaguá: PMP, 2007.

PMPP. Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. *Diagnóstico do Plano diretor de desenvolvimento integrado de Pontal do Paraná*. Pontal do Paraná: PMPP, 2004.

PMPP. Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. *Diagnóstico do Plano diretor de desenvolvimento integrado de Pontal do Paraná*. Pontal do Paraná: PMPP, 2004.

PMPP. Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. *Lei Ordinária nº 1.439/2014*. Pontal do Paraná: PMPP, 2014. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pontal-do-parana/lei-ordinaria/2014/143/1439/lei-ordinaria-n-1439-2014-dispoe-sobre-a>

regularizacao-de-ocupacao-de-imoveis-urbanos-de-dominio-do-municipio-de-pontal-do-parana-e-da-outras-providencias>. Visitado em junho de 2018.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2000a. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. PNUD, 2000. Disponível em:
<<http://www.pnud.org.br/Atlas.aspx?view=atlas>>. Acesso em: OCT. 2013.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2000a. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. PNUD, 2000. Disponível em:
<<http://www.pnud.org.br/Atlas.aspx?view=atlas>>. Acesso em: OCT. 2013.

POLIDORO, M; DESCHAMPS, M.V. *Segundas residências e urbanização no Litoral do Paraná*. In: REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, v.34, n.125, p.213-235, jul./dez. 2013.

PORTER, M. Aglomerados e competição: novas agendas para empresas, governos e instituições. In: Competição. Rio de Janeiro: Campus, cap. 7, 1998.

PREFEITURA DE MORRETES. Decreto nº 19/2018 da Prefeitura de Morretes.

PREFEITURA MUNICIPAL DO PONTAL DO PARANÁ. Puxada de rede dos pescadores artesanais. Disponível
em:<<http://www.pontaldoparana.pr.gov.br/portalnovo/cidadao/1222-iphan-participa-de-reuniao-para-transformar-puxada-de-rede-de-pontal-do-parana-em-patrimonio-imaterial>> Acesso em: Julho 2008

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte – RN Sustentável
<http://documents.worldbank.org/curated/pt/732071468226760152/pdf/IPP6370Brazil00220201300Box377316B0.pdf>. Acesso em setembro 2018.

QUEIROZ TELLES, D. H. e GONÇALVES-GANDARA, J. M. Aspectos de infraestrutura e serviços como indicadores da turistificação na Vila de Encantadas, Ilha do Mel (Brasil). El Periplo Sustentable, núm. 21, julio-diciembre, 2011, pp. 171-202

Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/1934/193419801007.pdf>> Acesso 05 de set. de 2018.

Queiroz-Telles, D. H. y Gonçalves-Gandara, J. M. Aspectos de infraestrutura e serviços como indicadores da turistificação na Vila de Encantadas, Ilha do Mel (Brasil).

Disponível em: file:///C:/Users/Soraya%20Sadala/Desktop/PDS%20Litoral/Dialnet-AspectosDeInfraestruturaEServicosComoIndicadoresDa-4046898.pdf Acesso em setembro 2018.

RAIS. Relatório Anual de Informações Sociais. Brasil: MTE. Ministério do Trabalho.

RIBEIRO H., Histórico da ocupação do balneário de Caiobá: um relato sob a perspectiva da história ambiental. IV Encontro Nacional de ANPPAS, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT8-1034-918-20080510234846.pdf> Acesso em: maio 2018.

RIBEIRO, R.; TARLOMBANI, M. Interpretação patrimonial e turismo em centro histórico: uma proposta para o município de Antonina, Paraná, Brasil. [Versão electrónica] In Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v. 9, n. 2, p. 37-47, 2015.

RIBEIRO, T.F. *Da MP 759 a Lei 13.465/17 - os novos rumos da regularização fundiária no Brasil*. Rio de Janeiro, outubro de 2017. Disponível em: <<http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/da-mp-759-lei-13-465-17-os-novos-rumos-da-regularizacao-fundiaria-no-brasil/>>. Visitado em junho de 2018.

RIOS-NETO, Eduardo L. G.; MARTINE, Jorge; ALVES, José E. D. 2009. Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas. In: Demografia em debate, vol. 3. Belo Horizonte: ABEP; UNFPA; CNPD, 2009.

RIOS-NETO, Eduardo L. G.; MARTINE, Jorge; ALVES, José E. D. 2009. Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas. In: Demografia em debate, vol. 3. Belo Horizonte: ABEP; UNFPA; CNPD, 2009.

SCHWARTZMAN, Luiz F. G. E SIBUYA, Nathalia de Jesus. A dicotomia entre a conservação e a visibilidade das comunidades tradicionais: um estudo de caso na APA de Guaraqueçaba Matinhos 2013. Disponível em:

<<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36887/Luiz%20Fernando%20Guimaraes%20Schwartzman.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 08 de set.de 2018.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Integrado de Matinhos. 2006.

SEDU – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. Plano Diretor Municipal de Morretes. Produto Final. Volume I/II. 2008.

SEEC - Secretaria do Estado da Cultura. Normativa da Orla Marítima de Matinhos. 2012. Disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=305> Acesso em: maio 2018.

SEMA. CASTELA, Rosana Maria Bara; CASTELLA, Paulo Roberto; FIGUEIREDO, Débora Cristina dos Santos; QUEIROZ, Sandra Mara Pereira de. (Orgs.). Subsídios ao Ordenamento das Áreas Estuarina e Costeira do Paraná: Projeto Gestão Integrada da Zona Costeira do Paraná com ênfase na Área Marinha; Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA II; Curitiba: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, 2006.144 p.

SIMÕES, Rodrigo. Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. 2005. (Texto para Discussão, n. 259)

SMITH, S. K. TAYMAN, J.; SWANSON, D. A. State and Local Population Projections - Methodology and Analysis. Plenum: New York, 2001.

SMITH, Adam. The Wealth of Nations. [1776] 2007. Disponível em: https://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA_WealthNations_p.pdf

SOUZA, N.J. Desenvolvimento Regional. São Paulo: Atlas, 2009.

STRAPASSON, Paula Kondo. Revitalização do Caminho do Itupava” Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Escola de Arquitetura e Design. Curitiba, 2017.

SUZIGAN, W. 2000. Industrial clustering in the state of Sao Paulo. Oxford: Center of Brazilian Studies Working Paper, CBS-13-00 (E).

SUZIGAN, W. et al. 2001. Aglomerações industriais no Estado de São Paulo. Revista de Economia Aplicada, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 695-717, 2001.

SUZIGAN, W. et al. 2003. Coeficientes de Gini locais – GL: aplicação à indústria de calçados do estado de São Paulo. Nova Economia, n. 13 (2), julho-dezembro, 2003, p. 39-60.

SUZIGAN, W. Industrial clustering in the State of São Paulo. Oxford: University of Oxford Centre for Brazilian Studies. (Working Paper CBS-13-00 (E), 2000.

Trailer - Exposição Nhande Mbya Reko: Nosso jeito de ser Guarani
https://www.youtube.com/watch?v=_d6GDpFcheg Acesso setembro 2018.

VERTIGEM WEB ART. Ilha do Mel. Disponível em: < <http://ilhadowmel.com> > Acesso em: 05 de set. de 2018.

YOUTUBE. Arte & Cultura - Mbyá Rekó: O Jeito de Ser Guarani. Disponível em:
 <<https://www.youtube.com/watch?v=QFx7mbik01I>> Acesso em: 08 de set. de 2018.

YOUTUBE. Trailer - Exposição Nhande Mbya Reko: Nosso jeito de ser Guarani
 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_d6GDpFcheg> Acesso em: 08 set. de 2018.

ZANIRATO, S. O Patrimônio cultural em cidades novas. Leituras da política patrimonial paranaense. In II Encontro de Cidades Novas – A Construção de Políticas Patrimoniais: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.

2009. Disponível em: http://web.unifil.br/docs/semana_educacao/1/completos/06.pdf

Acesso em: abril 2018.

Sites visitados:

<http://www.ifpr.edu.br/>

<http://www.isepe.edu.br/>

<http://www.pr.senac.br/>

<http://www.sesipr.org.br/>

<http://www.ufpr.br/portalufpr/>

<http://www.unespar.edu.br/>

<http://www.unifacear.edu.br/>

<http://www.uninter.com/>

<http://www.unopar.br/>

<http://www.up.edu.br/>

REFERÊNCIAS: VOLUME 2 – CAPÍTULO 3 “PARTE 2” - ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS

ANTONINA. Diagnóstico do plano diretor municipal de Antonina. Antonina, 2006.

ANTONINA. Lei nº 20, de 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o plano diretor municipal de Antonina, Estado do Paraná, e dá outras Providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/20/lei-ordinaria-n-20-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-municipal-de-antonina->>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 21, de 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o parcelamento do solo, o loteamento, o desmembramento e a implantação de condomínios horizontais, no município de Antonina, Estado do Paraná. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/parcelamento-do-solo-antonina-pr>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 22, de 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre a lei de zoneamento, uso e ocupação do solo municipal de Antonina e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/3/22/lei-ordinaria-n-22-2008-dispoe-sobre-o-lei-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-municipal-de-antonina-e-da-outras-providencias?q=22%2F2008>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 23, de 08 de agosto de 2008. Aprova medidas e demais especificações do perímetro urbano da sede do município de Antonina. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/23/lei-ordinaria-n-23-2008-aprova-medidas-e-demais-especificacoes-do-perimetro-urbano-da-sede-do-municipio-de-antonina-2008-08-08.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 24, 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre a hierarquização, traçado básico e traça as diretrizes para o sistema viário do município de Antonina, Estado do Paraná. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/3/24/lei-ordinaria-n-24-2008-dispoe-sobre-a-hierarquizacao-tracado->

basico-e-traca-as-diretrizes-para-o-sistema-viario-do-municipio-de-antonina-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 25, de 08 de agosto de 2008. Cria o novo código de obras do município de Antonina e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/25/lei-ordinaria-n-25-2008-cria-o-novo-codigo-de-obras-do-municipio-de-antonina-e-da-outras-providencias.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 26, de 08 de agosto de 2008. Institui o código de posturas do município de Antonina, Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/26/lei-ordinaria-n-26-2008-institui-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-antonina-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 27, de 08 de agosto de 2008. Autoriza o chefe do poder executivo municipal, do município de Antonina, Estado do Paraná, a participar de operações urbanas consorciadas e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/27/lei-ordinaria-n-27-2008-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-municipal-do-municipio-de-antonina-estado-do-parana-a-participar-de-operacoes-urbanas-consorciadas-e-da-outras-providencias.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 28, de 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o direito de construir no município de Antonina, Estado do Paraná. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/28/lei-ordinaria-n-28-2008-dispoe-sobre-a-transferencia-do-direito-de-construir-no-municipio-de-antonina-estado-do-parana.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 29, 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o parcelamento, a edificação e a utilização compulsória de imóveis urbanos, sobre o imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo e a desapropriação como pagamento de títulos da dívida

pública, no município de Antonina, Estado do Paraná. Disponível em: <[https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/29/lei-ordinaria-n-29-2008-dispoe-sobre-o-parcelamento-a- edificacao-e-a-utilizacao-compulsoria-de-imoveis-urbanos-sobre-o-imposto-predial-e-territorial-urbano-progressivo-no-tempo-e-a-desapropriacao-com-o-pagamento-de-titulos-da-divida-publica-no-municipio-de-antonina-estado-do-parana](https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/29/lei-ordinaria-n-29-2008-dispoe-sobre-o-parcelamento-a-edificacao-e-a-utilizacao-compulsoria-de-imoveis-urbanos-sobre-o-imposto-predial-e-territorial-urbano-progressivo-no-tempo-e-a-desapropriacao-com-o-pagamento-de-titulos-da-divida-publica-no-municipio-de-antonina-estado-do-parana)>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 30, 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o direito de preempção. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/3/30/lei-ordinaria-n-30-2008-dispoe-sobre-o-direito-de-preempcao?q=plano%20diretor>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ANTONINA. Lei nº 31, 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o estudo de impacto de vizinhança, previsto no artigo 36, e seguintes, do estatuto da cidade e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/3/31/lei-ordinaria-n-31-2008-dispoe-sobre-o-estudo-de-impacto-de-vizinhanca-prev>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

APPA – Administração dos Portos do Paraná; FEESC – Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina; LabTrans – Laboratório de Transporte e Logística. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá. Curitiba, v.1, 2012.

APPA – Administração dos Portos do Paraná; FEESC – Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina; LabTrans – Laboratório de Transporte e Logística. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá. Curitiba, v.2, 2013.

APPA – Administração dos Portos do Paraná; FEESC – Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina; LabTrans – Laboratório de Transporte e Logística. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá - PDZPO. Curitiba, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.

COLIT – Conselho do Litoral; PARANÁ; MATINHOS. Diagnóstico do plano diretor participativo e de desenvolvimento integrado de Matinhos. Matinhos, 2006.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 012, de 03 de março de 2009. Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Guaraqueçaba, e dá outras providências.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 015, de 22 de abril de 2009. Define o código de Obras das Ações de iniciativa Privada e Pública no Município de Guaraqueçaba. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/codigo-de-obras-guaraquecaba-pr>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 016, de 23 de abril de 2009. Dispõe sobre o Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo Urbano do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2009/2/16/lei-ordinaria-n-16-2009-dispoe-sobre-o-zoneamento-o-uso-e-a-ocupacao-do-solo-urbano-do-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 017, de 02 de março de 2009. Institui o Código de Posturas do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2009/1/17/lei-ordinaria-n-17-2009-institui-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 018, de 30 de abril de 2009. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo para fins urbanos no Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/parcelamento-do-solo-guaraquecaba-pr>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 158, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei 012/2009 que dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Guaraqueçaba, e dá outras providências.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 159, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 15/09 que define o código de Obras das Ações de iniciativa Privada e Pública no Município de Guaraqueçaba. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2011/16/159/lei-ordinaria-n-159-2011-altera-dispositivos-da-lei-n-15-09-que-define-o-codigo-de-obras-das-acoes-de-iniciativa-privada-e-publica-no-municipio-de-guaraquecaba>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 160, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 17/09 que Institui o Código de Posturas do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2011/16/160/lei-ordinaria-n-160-2011-altera-dispositivos-da-lei-n-17-09-que-institui-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 163, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 18/09 Dispõe sobre o Parcelamento do Solo para fins urbanos no Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2011/17/163/lei-ordinaria-n-163-2011-altera-dispositivos-da-lei-n-18-09-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-para-fins-urbanos-no-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 181, de 25 de novembro de 2008. Institui o plano diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Folha do Litoral do Paraná, Paraná, 27 set.2008.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 60, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre o Macrozoneamento do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2009/6/60/lei-ordinaria-n-60-2009-dispoe-sobre-o-macrozoneamento-do-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Lei nº 69, de 08 de dezembro de 2009. Estabelece novas delimitações para os perímetros urbanos da sede do Município de Guaraqueçaba e de Tagacaba e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2009/6/69/lei-ordinaria-n-69-2009-estabelece-novas-delimitacoes-para-os-perimetros-urbanos-da-sede-do-municipio-de-guaraquecaba-e-de-tagacaba>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARAQUEÇABA. Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba. Lei nº 157, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 181/2008 que institui o Plano Diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Guaraqueçaba e dá outras providências.

GUARAQUEÇABA; PARANÁ. Diagnóstico do plano diretor do município de Guaraqueçaba. Guaraqueçaba, 2006.

GUARATUBA. Lei nº 1163, de 14 de novembro de 2005. Institui o Plano Diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Guaratuba, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/116/1163/lei-ordinaria-n-1163-2005-institui-o-plano-diretor-estabelece-objetivos-instrumentos-e-diretrizes-para-as-acoes-de-planejamento-no-municipio-de-guaratuba-e-da-outras-providencias.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1164, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, das áreas urbanas e dá outras providências. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-guaratuba-pr>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1165, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, sobre empreendimentos em forma de condomínios horizontais e dá outras providências. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1165/lei-ordinaria-n-1165-2005-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-urbano-sobre-empreendim-entos-em-forma-de-condom-inios-horizontais-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1166, de 14 de novembro de 2005. Define o perímetro urbano do Município de Guaratuba. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/116/1166/lei-ordinaria->>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1167, de 14 de novembro de 2005. Estabelece diretrizes pertinentes a drenagem urbana de Guaratuba e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1167/lei-ordinaria-n-1167-2005-estabelece-diretrizes-pertinentes-a-drenagem-urbana-de-guaratuba-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1168, de 14 de novembro de 2005. Cria o fundo de desenvolvimento urbano FDU do município de Guaratuba e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/116/1168/lei-ordinaria-n-1168-2005-cria-o-fundo-de-desenvolvimento-urbano-fdu-do-municipio-de-guaratuba-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1169, de 14 de novembro de 2005. Cria o fundo municipal do meio ambiente - FMMA do Município de Guaratuba e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/116/1169/lei->

ordinaria-n-1169-2005-cria-o-fundo-municipal-do-meio-ambiente-fmma-do-municipio-de-guaratuba-e-da-outras-2005-11-14.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1170, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre o estudo de impacto de vizinhança - RIV e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/1>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1171, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre a Outorga Onerosa do Direito de Construir e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1171/lei-ordinaria-n-1171-2005-dispoe-sobre-a-outorga-onerosa-do-direito-de-construir-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1172, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre a transferência do direito de construir e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/118/1172/lei-ordinaria-n-1172-2005-dispoe-sobre-a-transferencia-do-direito-de-construir-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1173, de 14 de novembro de 2005. Estabelece o Código de Obras e Posturas do Município e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/codigo-de-obras-guaratuba-pr>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1174, de 14 de novembro de 2005. Estabelece o código ambiental do Município de Guaratuba, Institui a política municipal de meio ambiente e o sistema municipal de meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1174/lei-ordinaria-n-1174-2005-estabelece-o-codigo-ambiental-do-municipio-de-guaratuba-institui-a-politica-municipal-de-meio-ambiente-e-o-sistema-municipal-de-meio-ambiente-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1175, de 14 de novembro de 2005. Estabelece o código de vigilância ambiental de saúde do Município de Guaratuba, as normas de saneamento, dispõe sobre as infrações sanitárias e respectivo processo administrativo. Disponível em: <22/02/2018Lei Ordinária 1175 2005 de Guaratuba PR[https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1175/lei-ordinaria->](https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1175/lei-ordinaria-). Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Lei nº 1176, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre hierarquização e traçado básico do sistema viário, traça diretrizes para o arruamento do Município de Guaratuba e dá outras providências. Disponível em: <[https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1176/lei-ordinaria->](https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1176/lei-ordinaria-). Acesso em: 12 abr. 2018.

GUARATUBA. Prefeitura Municipal de Guaratuba. Plano Diretor de Guaratuba: Levantamento das Condicionantes. Guaratuba: 2004.

GUARATUBA. Prefeitura Municipal de Guaratuba. Plano Plurianual (PPA) 2018-2021. Guaratuba, 2018.

GUARATUBA. Prefeitura Municipal de Guaratuba. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, Plano de Intervenção na Orla Marítima e Estuária de Guaratuba. Guaratuba, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Censo demográfico: 2000. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Censo demográfico: 2010. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno estatístico. Município de Antonina. Município de Guaraqueçaba. Município de

Guaratuba. Município de Matinhos. Município de Morretes. Município de Paranaguá. Município de Pontal do Paraná. Abril, 2018. Curitiba: IPARDES, 2018.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Curitiba, 2001. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/zoneamento_apa.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Nosso Bairro. Lucimara Wons (Coord.) Curitiba: IPPUC, 2015.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Zoneamento ecológico - econômico do estado do Paraná - litoral. Camila Cunico (Org.). Curitiba: ITCG, 2016.

MATINHOS. Lei nº 1046, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre a compartimentação e descrição dos limites das áreas urbanas, rural e de uso especial e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1046/lei-ordinaria-n-1046-2006-dispoe-sobre-a-compartimentacao-e-descricao-dos-limites-das-areas-urbanas-rural-e-de-uso-especial-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1047, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo nas áreas rurais do Município de Matinhos e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1047/lei-ordinaria-n-1047-2006-dispoe-sobre-o-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-nas-areas-rurais-do-municipio-de-matinhos-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1048, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre o sistema viário básico, hierarquia e dimensionamento das vias públicas na área urbana, traça diretrizes para arruamento municipal e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1048/lei-ordinaria-n-1048-2006-dispoe-sobre-o-sistema-viario-basico-hierarquia-e>>

dimensionamento-das-vias-publicas-na-area-urbana-traca-diretrizes-para-arruamento-municipal-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1049, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre os loteamentos, desmembramentos, unificações e condomínios horizontais situados no município. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/104/1049/lei-ordinaria-n-1049-2006-dispoe-sobre-loteamentos-desmembramentos-unificacoes-e-condominios-horizontais-situados-no-municipio-2006-10-16-versao-compilada.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1050, 16 de outubro de 2006. Institui o fundo municipal de desenvolvimento do Município de Matinhos-FMD, conforme especifica e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1050/lei-ordinaria-n-1050-2006-institui-o-fundo-municipal-de-desenvolvimento-do-municipio-de-matinhos-fmd-conforme-especifica-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1051, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre a utilização dos logradouros públicos no Município de Matinhos, o bem-estar, a ordem, os costumes e a segurança pública, estabelece normas de proteção e conservação do meio ambiente, observadas as normas federais e estaduais relativas às matérias. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1051/lei-ordinaria-n-1051-2006-dispoe-sobre-a-utilizacao-dos-logradouros-publicos-no-municipio-de-matinhos-o-bem-estar-a-ordem-os-costumes-e-a-seguranca-publica-estabelece-normas-de-protecao-e-conservacao-do-meio-ambiente-observadas-as-normas-federais-e-estaduais-relativas-as-materias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1052, de 16 de outubro de 2006. Estabelece os parâmetros para a construção ou reconstrução de passeios em via públicas e diretrizes para a implantação de arborização urbana no Município de Matinhos. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/106/1052/lei-ordinaria-n-1052-2006-estabelece-os-parametros-para-a-construcao-ou-reconstrucao>>.

de-passeios-em-vias-publicas-e-diretrizes-para-implantacao-de-arborizacao-urbana-no-municipio-de-matinhos>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1067, de 05 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a instituição do plano diretor participativo e de desenvolvimento integrado de Matinhos, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/106/1067/lei-ordinaria-n-1067-2006-dispoe-sobre-a-instituicao-do-plano-diretor-participativo-e-de-desenvolvimento-integrado-de-matinhos-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1068, de 16 de outubro de 2006. Dispõe do zoneamento, uso e ocupação do solo nas áreas urbanas do Município de Matinhos e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-matinhos-pr>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1069, de 05 de dezembro de 2006. Regulamenta a outorga onerosa do direito de construir e a concessão de prêmios às atividades classificadas como hotéis e pousadas e aos programas habitacionais de interesse social. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/107/1069/lei-ordinaria-n-1069-2006-regulamenta-a-outorga-onerosa-do-direito-de-construir-e-a-concessao-de-premios-as-atividades-classificadas-como-hoteis-e-pousadas-e-aos-programas-habitacionais-de-interesse-social>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Lei nº 1070, de 05 de dezembro de 2006. Define o código de obras no Município de Matinhos e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/107/1070/lei-ordinaria-n-1070-2006-define-o-codigo-de-obras-no-municipio-de-matinhos-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MATINHOS. Prefeitura Municipal de Matinhos. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima: Plano de Intervenção na Orla Marítima de Matinhos. Sem data.

MORRETES. Lei Complementar nº 34, de 20 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a Retificação e Expansões do Perímetro Urbano da Sede Municipal e do Distrito do Porto de Cima do Município de Morretes, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/morretes/leicomplementar/2016/4/34/lei-complementar-n-34-2016-dispoe-sobre-a-retificacao-e-expansoes-doperimetro-urbano-da-sede-municipal-e-do-distrito-do-porto-de-cima-domunicipio-de-morretes-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Lei nº 10, de 04 de fevereiro de 2011. Institui o código de obras e edificações de Morretes, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/morretes/lei-complementar/2011/1/10/lei-complementar-n-10-2011-institui-o-codigo-de-obras-e-edificacoes-do-municipio-de-morretes-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Lei nº 11, de 04 de fevereiro de 2011. Institui o código de posturas do Município de Morretes e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1585>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Lei nº 12, de 04 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a delimitação dos perímetros urbanos do Município de Morretes, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1584>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Lei nº 6, de 04 de fevereiro de 2011. Institui o plano diretor do Município de Morretes. Disponível em: <<https://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1590>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Lei nº 7, de 04 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano do Município de Morretes. Disponível em: <<http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1589/lei-complementar-n-7-2011-dispoe-sobre-o->

zoneamento-de-uso-e-ocupacao-do-solo-urbano-do-municipio-de-morretes-e-da-
outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Lei nº 8, de 04 de fevereiro de 2011. Disciplina os projetos de loteamento, desmembramento e remembramento do solo para fins urbanos do Município de Morretes. Disponível em: <<http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1588>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Lei nº 9, de 04 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Morretes. Disponível em: <<http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1587>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORRETES. Prefeitura Municipal de Morretes. Plano Diretor Municipal de Morretes: Análise Temática Integrada, Diretrizes e Proposições, Plano de Ações e Investimentos. Morretes. Morretes: 2008.

PARANÁ. Decreto nº 4.996, 05 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=161678&codItemAto=1001657#1001657>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANÁ. Decreto nº 5.040, de 11 de maio de 1989. Define o Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense. Disponível em: <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao/Decreto_5040_11_maio_1989.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANÁ. Decreto nº 5.793, de 22 de dezembro de 2016. Altera o regulamento que define o documento técnico científico Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Paranaense, ZEE PR – Litoral. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=166838&codItemAto=1038414>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Decreto Estadual nº 10.856, 23 de abril de 2014. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Matinhos, e dá outras providências. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANÁ. Prefeitura do Estado do Paraná. Decreto Estadual nº 10.855, de 23 de abril de 2014. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Guaratuba, e dá outras providências.

PARANÁ. Secretaria Estadual do Meio Ambiental, Instituto Ambiental do Paraná, Pró-Atlântica. Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. Curitiba, 2006.

PARANACIDADE – Serviço Social Autônomo Paracidade. Bases cartográficas. 2018.

PARANAGUÁ. Lei Complementar nº 084, de 10 de setembro de 2008. Amplia os limites da Zona de Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2008/9/84/lei-complementar-n-84-2008-amplia-os-limites-da-zona-de-desenvolvimento-economico?q=84>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei Complementar nº 085, de 10 de setembro de 2008. Cria o setor especial do pátio ferroviário e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2008/9/85/lei-complementar-n-85-2008-cria-o-setor-especial-do-patio-ferroviario-e-da-outras-providencias?q=85>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei Complementar nº 90, de 10 de setembro de 2008. Altera os quadros de parâmetros de uso e ocupação do solo da SEA 1, SEA 2, SEA 3, ZRU, ZCQU 1, ZCQU 2, ZCQU 3, ZCEU 1, ZCEU 2 do anexo I, da Lei Complementar nº 062/2007 (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 112/2009). Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2008/9/90/lei-complementar-n-90-2008-altera-as-tabelas-de-parametros-de-uso-e-ocupacao-do-subsolo-da-sea-1-sea-2-zru-zcqu-1-zcqu-2-zcqu-3-zceu-1-zceu-2-do-anexo-i-da-lei-complementar-n-622007>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 077, de 22 de fevereiro de 2008. Autoriza o poder executivo a implantar a CDRU - concessão de direito real de uso nas ZEIS - zonas especiais de interesse social. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2008/7/77/lei-complementar-n-77-2008-autoriza-o-poder-executivo-a-implantar-a-cdru-concessao-de-direito-real-de-uso-nas-zeis-zonas-especiais-de-interesse-social>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 086, de 10 de setembro de 2008. Altera Lei 062/2007. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2008/8/86/lei-complementar-n-86-2008-acrescenta-o-conceito-de-casa-popular-kitchenetes-e-casas-populares-na-classificacao-dos-usos-do-solo-constante-no-anexo-ii-da-lei-complementar-n-622007>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 087, de 10 de setembro de 2008. Altera a via arterial A05 da Lei Complementar nº 64/2007. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2008/8/88/lei-complementar-n-88-2008-altera-a-redacao-do-artigo-375-da-lei-complementar-n-672007>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 088, de 10 de setembro de 2008. Altera a Lei 67/2007. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2008/8/88/lei-complementar-n-88-2008-altera-a-redacao-do-artigo-375-da-lei-complementar-n-672007>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 089, de 10 de setembro de 2008. Inclui o Título X na Lei Complementar nº 067/2007. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/LEI_COMPLEMENTAR_No_089.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 2822, 03 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2007/282/2822/lei->

ordinaria-n-2822-2007-dispoe-sobre-o-estudo-previo-de-impacto-de-vizinhanca-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 2826, de 11 de dezembro de 2007. Regulamenta o instrumento da transferência de potencial construtivo, previsto na lei municipal do plano diretor. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2007/282/2826/lei-ordinaria-n-2826-2007-regulamenta-o-instrumento-da-transferencia-de-potencial-construtivo-previsto-na-lei-municipal-do-plano-diretor>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 2827, de 11 de dezembro de 2007. Regulamenta os instrumentos do parcelamento, edificação e utilização compulsórios, do IPTU progressivo e da desapropriação com títulos da dívida pública, previstos na lei municipal do plano diretor. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2007/282/2827/lei-ordinaria-n-2827-2007-regulamenta-os-instrumentos-do-parcelamento-edificacao-e-utilizacao-compulsorios-do-iptu-progressivo-e-da-desapropriacao-com-titulos-da-divida-publica-previstos-na-lei-municipal-do-plano-diretor.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 2828, de 11 de dezembro de 2007. Regulamenta o instrumento da outorga onerosa do direito de construir, previsto na lei municipal do plano diretor. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2007/283/2828/lei-ordinaria-n-2828-2007-regulamenta-o-instrumento-da-transferencia-de-potencial-construtivo-previsto-na-lei-municipal-do-plano-diretor?q=2828>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 2829, de 11 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a concessão de uso especial para fins de moradia. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2007/283/2829/lei-ordinaria-n-2829-2007-dispoe-sobre-concessao-de-uso-especial-para-fim-de-moradia-de-que-trata-a-medida-provisoria-n-2220-2001-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 2830, de 11 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o conselho municipal do plano diretor de Paranaguá. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2007/283/2830/lei-ordinaria-n-2830-2007-dispoe-sobre-o-conselho-municipal-do-plano-diretor-de-paranagua-com-fundamento-na-lei-federal-n-10257-2001-e-na-lei-municipal-do-plano-diretor-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 3239, de 28 de dezembro de 2011. Regulamenta o exercício do direito de preempção pelo poder público, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2011/324/3239/lei-ordinaria-n-3239-2011-regulamenta-o-exercicio-do-direito-de-preempcao-pelo-poder-publico-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 60, de 23 de agosto de 2007. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Paranaguá e dá outras providências. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/PAG_INICIAL_Plano%20Diretor%20L eis/LEIS%20DO%20PLANO%20DIRETOR/PDF/LEI_COMPLEMENTAR_N060-PLANO_DIRETOR%20Compilado.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 61, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre o perímetro urbano no Município de Paranaguá. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/7/61/lei-complementar-n-61-2007-dispoe-sobre-o-perimetro-urbano-do-municipio-de-paranagua?q=61>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 62, de 27 de agosto de 2007. Institui o zoneamento de uso e ocupação do solo do município de Paranaguá, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/6/62/lei-complementar-n-62-2007-institui-o-zoneamento-de-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-de-paranagua-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 63, 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre as zonas especiais de interesse social, determina a criação das ZEIS I, II, III, IV e V, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/6/63/lei-complementar-n-63-2007-dispoe-sobre-as-zonas-especiais-de-interesse-social-determina-a-criacao-das-zeis-i-ii-iii-iv-e-v-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 64, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre o sistema viário básico do município de Paranaguá, e adota outras providências. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/PAG_INICIAL_Plano%20Diretor%20L eis/LEIS%20DO%20PLANO%20DIRETOR/PDF/LEI_COMPLEMENTAR_N064-Lei_de_Sistema_Viario%20compilado.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 65, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre o uso da bicicleta e o sistema ciclovitário do município de Paranaguá, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/PAG_INICIAL_Plano%20Diretor%20L eis/LEIS%20DO%20PLANO%20DIRETOR/PDF/LEI_COMPLEMENTAR_N064-Lei_de_Sistema_Viario%20compilado.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 66, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre a lei de parcelamento do solo urbano, sobre remembramento e condomínios horizontais no Município de Paranaguá. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/6/66/lei-complementar-n-66-2007-dispoe-sobre-a-lei-de-parcelamento-do-solo-urbano-sobre-remembramento-e-condominios-horizontais-no-municipio-de-paranagua>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 67, de 27 de agosto de 2007. Define o código de obras e edificações do Município de Paranaguá, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/7/67/lei-complementar-n-67-2007-define-o-codigo-de-obras-e-edificacoes-do-municipio-de-paranagua-e-da-outras-providencias?q=67>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Lei nº 68, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre normas relativas ao código de posturas do Município de Paranaguá e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/6/68/lei-complementar-n-68-2007-dispoe-sobre-normas-relativas-ao-codigo-de-posturas-do-municipio-de-paranagua-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal de Paranaguá. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá: Análises Temáticas e Diagnóstico – Contexto Municipal. Paranaguá: 2007.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. FJP – Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em 18 set. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 001, de 3 de agosto de 2007. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-001-07-Disp%C3%B5e-sobre-a-institui%C3%A7%C3%A3o-do-Plano-Diretor-1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 002, de 3 de agosto de 2007. Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo nas áreas urbanas do município e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-002-07-Zoneamento-Uso-e-Ocupa%C3%A7%C3%A3o-do-Solo-Urbano-1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 003, de 3 de agosto de 2007. Dispõe sobre loteamentos, desmembramentos, unificações e condomínios horizontais situados no município. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-003-07-Lei-do-Parcelamento-do-Solo-Urbano-1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 004, de 3 de agosto de 2007. Dispõe sobre a utilização dos logradouros públicos no município de Pontal de Paraná, o bem-estar, a ordem, os costumes e a segurança pública, estabelece normas de proteção e conservação do meio ambiente, observadas as normas federais e estaduais relativas às matérias. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-004-07-Disp%C3%B5e-sobre-o-uso-de-logradouros-p%C3%ABlicos-C%C3%B3digo-de-Posturas-2.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 005, de 3 de agosto de 2007. Define o Código de Obras no município e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-005-07-C%C3%B3digo-de-Obras-1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 006, de 24 de março de 2008. Acrescentam-se parágrafos ao artigo 38 da Lei Complementar nº 003, de 3 de agosto de 2007 que dispõe sobre loteamentos, desmembramentos, unificações e condomínios horizontais situados no município. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-006-08-Altera-Lei-Complementar-n%C2%BA003-2007-1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 008, de 28 de outubro de 2014. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-008-28-de-Outubro-de-2014-Disp%C3%B5e-sobre-a-institui%C3%A7%C3%A3o-do-Plano-Diretor.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 009, de 28 de outubro de 2014. Dispõe sobre o Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-009-28-de-Outubro-de-2014-Zoneamento.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-008-28-de-Outubro-de-2014-Disp%C3%B5e-sobre-a-institui%C3%A7%C3%A3o-do-Plano-Diretor.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 010, de 28 de outubro de 2014. Institui a Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Pontal do Paraná. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-010-28-de-Outubro-de-2014-Institui-a-Lei-de-Parcelamento-do-Solo-Urbano.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 011, de 28 de outubro de 2014. Institui a Lei de Perímetro Urbano do Município de Pontal do Paraná. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-011-28-de-Outubro-de-2014-Institui-a-Lei-de-Per%C3%ADmetro-Urbano.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 013, de 15 de dezembro de 2015. Altera dispositivos da Lei Complementar 008, de 28 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-013-15-de-dezembro-Altera-Lei-Comp.-08-10-14-1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 014, de 15 de dezembro de 2015. Altera dispositivos da Lei Complementar 009, de 28 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-014-15-de-dezembro-de-2015-Altera-Lei-comp.-09-14-1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 015, de 15 de dezembro de 2015. Altera dispositivos da Lei Complementar 010, de 28 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-015-15-de-dezembro-de-2015-Altera-Lei-comp.-10-14-1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

Complementar-n%C2%BA-015-15-de-dezembro-Altera-lei-10-14-1.pdf >. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar nº 016, de 15 de dezembro de 2015. Altera dispositivos da Lei Complementar 011, de 28 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.camarapontal.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-Complementar-n%C2%BA-016-15-de-dezembro-de-2015-Altera-disp.-lei-011-14-1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Lei ordinária nº 777 de 2007. Dispõe sobre o instrumento Transferência do Direito de Construir.

PONTAL DO PARANÁ. Lei ordinária nº 778 de 2007. Dispõe sobre o instrumento Outorga Onerosa do Direito de Construir.

PONTAL DO PARANÁ. Lei ordinária nº 779 de 2007. Dispõe sobre o instrumento Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios.

PONTAL DO PARANÁ. Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. Diagnóstico do Plano diretor de desenvolvimento integrado de Pontal do Paraná. Pontal do Paraná: 2004.

SANEPAR. Companhia de Saneamento do Paraná. Plano Diretor da Região Litorânea do Paraná: Sistemas de Abastecimento de Água dos Municípios de Matinhos, Pontal do Paraná, Guaratuba, Morretes e Guaraqueçaba. Curitiba: Sanepar, 2015.

SEDU/PARANACIDADE. SEMA. IAP. Plano de Controle Ambiental e Uso do Solo Da Ilha do Mel. Paranaguá, 2004.

SEDU. Diagnóstico do plano diretor municipal de Morretes. Morretes, 2008.

SEMA. CASTELA, Rosana Maria Bara; CASTELLA, Paulo Roberto; FIGUEIREDO, Débora Cristina dos Santos; QUEIROZ, Sandra Mara Pereira de. (Orgs.). Subsídios ao Ordenamento das Áreas Estuarina e Costeira do Paraná: Projeto Gestão Integrada da Zona Costeira do Paraná com ênfase na Área Marinha; Programa Nacional de Meio

Ambiente - PNMA II; Curitiba: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, 2006.144 p.

UFPR – Universidade Federal do Paraná. FUNPAR – Fundação da Universidade Federal do Paraná. Diagnóstico do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá. Paranaguá, 2005.

REFERÊNCIAS: VOLUME 3 – CAPÍTULO 4 ASPECTOS AMBIENTAIS

ABTN - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Projeto, construção e operação de tanques sépticos. NBR 7229, Rio de Janeiro, Set. 1993

ADEA - ASSOCIAÇÃO DE DEFENSA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Reserva do Bicudinho-do-brejo é modelo de conservação. AdeaNewsletter, 2 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.adeanewsletter.com/reserva-do-bicudinho-do-brejo-e-modelo-de-conservacao/>>

AGUASPARANÁ - Instituto das Águas do Paraná. Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná – PLERH/PR, 2010

AGUASPARANÁ – Instituto Das Águas do Paraná; COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos E Empreendimentos. Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea (BHL). Produto 06: Eventos críticos, Paraná: 2017.

ANGULO, Rodolfo José, NOERNBERG, Mauricio Almeida, QUADROS, Clécio José Lopes de, Souza, Maria Cristina de, Rosa, Leonardo Cruz da. The State of Paraná Beaches., 2018. In Andrew D. Short; Antonio Henrique de F. Klein (eds). Brazilian Beach System. Coastal Research Library 17. SPRINGER, 2016, p. 419-464. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305496517_The_State_of_Parana_Beaches>. Acesso em: 20 de setembro

ANGULO, Rodolfo José, SOARES, Carlos Roberto, MARONE, Eduardo, SOUZA, Maria Cristina de ODRESKI, Lydio Luiz Riseti, NOERNBERG, Mauricio Almeida. Paraná. In: MUEHE, Dieter (Org.). Erosão e progradação do litoral brasileiro. Brasília: MMA, 2006, 476 p.

ANGULO, Rodolfo José. As Praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.99, p. 77-103, jul./dez., 2000.

APPA - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA. Estatísticas anuais dos Portos do Paraná, APPA: dezembro, 2017b. PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA. Plano Diretor Municipal: Levantamento e Condicionantes. Antonina: 2006.

APPA – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA. Plano de Emergência Individual – PEI. Setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.portosdoparana.pr.gov.br/arquivos/File/PEIAPPA6EdicaoRev0216072015.pdf>>.

APPA - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA; FEESC - FUNDAÇÃO DE ENSINO DE ENGENHARIA DE SANTA CATARINA; LABTRANS - LABORATÓRIO DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá (PDZPO), Revisão_004, jan. 2017.

BORNSCHEIN, Marcos Ricardo, REINERT, Bianca Luiza. Banhados do litoral do Paraná: alguns aspectos sobre sua nomenclatura, ecologia e conservação. Cadernos do Litoral 2: 11–16., 1999

BRASIL, MINISTERIO DE MEIO AMBIENTE. Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção. Livro Vermelho da Flora do Brasil. Portal Brasileiro de dados abertos, 2013. Disponível em: < http://dados.gov.br/dataset/portaria_443>

BURGER, Maria Inês. Situação e ações prioritárias para a conservação de banhados e áreas úmidas da zona costeira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da biodiversidade da Zona Costeira e Marinha, Porto Seguro. 60 p.

CASTRO R. (Org.). *Descrição e caracterização dos fenômenos atmosféricos mais frequentes no território brasileiro*. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. UFRGS, 2015. 82 p; il

CEPAL. Efectos del cambio climático en la costa de América Latina y del Caribe, 2015. Disponível em: <http://www.cepal.org/id.asp?id=48025>

CIRANO, Mauro, MATA, Mauricio M., CAMPOS, Edmo, J.D., DEIRÓ, Núbia, F.R. A circulação oceânica de larga-escala na região oeste do Atlântico sul com base no modelo de circulação global OCCAM. Revista Brasileira de Geofísica 2006, 22 p.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral, SISTEMA DE CADASTRO MINEIRO. Disponível em: <<https://sistemas.dnpm.gov.br>>. Acesso em: abr. 2018.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. Direitos minerários e sua fase de tramitação, no litoral do Paraná em Abril 2018. Disponível: <https://sistemas.dnpm.gov.br> . Acesso em: abril 2018

DINIZ, Milena Fiuza. Avaliação de potenciais estratégias de conservação para a onça-pintada na Mata Atlântica. Disertação apresentada para o Programa de Pós.Graduação em Ecologia e Evolução. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, março, 2015

DOMICIANO, Isabela G., DOMIT, Camila, ROSA, LIANA, MARCASSO, Rogério A., BRACARENSE, Ana Paula F.R.L. Avaliação histopatológica de fobropapilomas em tartarugas marinhas no litoral do Estado do Paraná. Archives of Veterinary Science. 2013 Supplement, Vol. 18 Issue 3, p401-403. 3p.

DOMICIANO, Isabela Guarnier, DOMIT, Camila, BRACARENSE, Ana Paula Frederico Rodrigues Loureiro Bracarense. Tartaruga-verde, Chelonia mydas, como sentinela do ambiente marinho e costeiro: atividades antrópicas e enfermidades. In: Ciências Agrárias Londrina, v. 38, n. 5, p. 3417-3434, set./out. 2017

DURIGAN, Giselda, IVANAUSKAS, Natália Macedo, NALON, Marco Aurélio, ROBEIRO, Milton Cezar, KANASHIRO, Marina Mitsue, COSTA, Hubert Bayer, SANTIAGO, Cristina de Marco. Protocolo de avaliação de áreas prioritárias para a conservação da mata atlântica na região da Serra do Mar/Paranapiacaba. In: Revista do Insituto Florestal, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 39-54, jun. 2009.

EMBRAPA - Centro Nacional de Pesquisa de Solos, 2014. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS). 3ª Edição. Brasília: Embrapa Produção de Informação; Rio de Janeiro: Embrapa Solos. 412 p.

EUSTÁQUIO, Oswaldo; CAMPOS, Marcela; KÖNIG, Mauri; ANÍBAL, Felipe. A maldição do navio Vicuña no Paraná. Curitiba, Paraná, 27 dez. 2014. Gazeta do Povo. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-maldicao-do-navio-vicuna-no-parana-ehrk7gmrxf5yc7l5drj8c0h8u/>>

FUNDAÇÃO SOS MATA ALTÂNTICA – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica. Período 2016-2017. Relatório técnico. São Paulo, 2018.

FNS – Fundação Nacional de Saúde. Manual de Saneamento. 3ª Edição

GOERL, Roberto F.; SIEFERT, Cesar A. C.; SCHULTZ, Gilson B.; SANTOS, Camila S. dos, SANTOS, Irani dos. Elaboração e Aplicação de Índices de Fragmentação e Conectividade da Paisagem para Análise de Bacias Hidrográficas. Revista Brasileira de Geografia Física 05 (2011) 1000-1012

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas, GOMES, Emerson de Souza, JÚNIOR, Raimundo Nonato. Cartografia das unidades de conservação e territórios dos povos tradicionais no Paraná. In: Confins. Revista franco-brasileira de geografia, n. 27, 2016

GONÇALVES DOS SANTOS, Humberto. Acervo da Embrapa Solos. Centro Nacional de Pesquisa de Solos, 2014

IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. ICMS Ecológico por Biodiversidade. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/pagina-418.html>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. Reserva Particular do Patrimônio Natural. Disponível em: < <http://www.iap.pr.gov.br/pagina-289.html>>. Atualizado em 2017.

IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. Roteiro para Planejamento de RPPNs no Estado do Paraná. IAP/DIBAP/DBio e DUC / Projeto Paraná Biodiversidade, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2006. Disponível em: ><https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=downloads>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. 2ª Edição Revista e ampliada. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Diretoria de Geociências. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro, 2012.

ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná, 2016. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná (ZEE), 2011-2014. Curitiba, 2016.

IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza. The IUCN Red List of Threatened Species, atualização 2008. Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org/initiatives/amphibians/analysis/2008-update>>

JIMENEZ, Ignacio. [Comunicação pessoal]. Informações recebidas pela equipe do Consórcio Litoral Sustentável durante a conversa mantida com o Prof. Ignacio Jimenez em Curitiba, Set. 2018

LANA, Paulo da Cunha. As marismas da Baía de Paranaguá: características gerais, modos de apropriação e implicações para a legislação ambiental. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.8, p11-23, jul./dez. 2003

MARTINS FILHO, Marcilio Vieira. Hidrologia: infiltração de água no solo. Apresentação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Jabotical, 2001.

MCCARTHY, Nancy. 2014. Climate-smart agriculture in Latin America: drawing on research to incorporate technologies to adapt to climate change. Inter- American Development Bank. Strategy Development Division. II. Title. III. Series

OHDE, Mariana. Universidades questionam necessidade de novo porto no Litoral. Curitiba, Paraná, 10 maio, 2018, Paraná Portal. Disponível em: <
<https://paranaportal.uol.com.br/cidades/curitiba-rmc-litoral/988-universidades-faixa-infraestrutura/>>

OLIVEIRA NETO, Manoel Batista. Agência Embrapa de Informação Tecnológica (AGEITEC), 2010

OLIVEIRA, Ludmila Junqueira Duarte. Regularização fundiária de unidades de conservação. In: Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 9 – n. 32/33, p. 143-176 – jan./dez. 2010.

PALACIO F.J. Revisión zoogeográfica marina del sur del Brasil. Bolm Inst. oceanogr., São Paulo, 1982, 24 p.

PARANÁ. Apresentação do Governo do Estado sobre o Complexo Portuário de Pontal do Paraná, v. 13/11/2014. Curitiba, 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. Dados Gerais do Paraná 2006-2011. Curitiba, 2012. Disponível em:
<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticas_2012/DadosParana2006_2011.pdf>

PARANAGUÁ SANEAMENTO. Estações de tratamento de esgoto. Disponível em:
<<http://www.iguasa.com.br/paranagua-saneamento/quem-somos/estacoes-de-tratamento-de-esgoto/>>. Acesso em: ago. 2018

PAULA, Eduardo Vedor de; PIGOSSO, Arieane Maria Basilio, WROBLEWSKI, Carlos Augusto. Unidades de Conservação no Litoral do Paraná: Evolução Territorial e Grau de Implementação. In: Mayra Taiza Sulzbach, Daniela Resende Archanjo, Juliana Quadros. (Org.). Litoral do Paraná: território e perspectivas. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2018, v. 3, p. 41-92.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; de SOUZA, M. C.; KIM, M. K. 2006. A ocupação e uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 13, p. 137-167, jan/jun. 2006. Editora UFPR.

REGUERO, B.G., MENÉNDEZ, M., MÉNDEZ, F.J., MINGUEZ, R., LOSADA, I.J. A Global Ocean Wave (GOW) calibrated reanalysis from 1948 onwards, en revisión. In: Coastal Engineering, Volume 65, Jul. 2012, p- 38-55

REINERT, Bianca Luiza, BORNSCHEIN, Marcos Ricardo, FIRKOWSKI, Carlos. Distribuição, tamanho populacional, hábitat e conservação do bicudinho-do-brejo *Stymphalornis acutirostris* Bornschein, Reinert e Teixeira, 1995 (Thamnophilidae). Revista Brasileira de Ornitologia, v. 15, n. 4, p. 493-519, 2007

SANTOS, Cesar, SCHWARZ, Roberto Jr, OLIVEIRA NETO, Jose Francisco de SPACH, Henry Louis. A ictiofauna em duas planícies de maré do setor euhalino da baía de Paranaguá, PR. In: Boletim do Instituto de Pesca, São Paulo, 28(1): 49-60, 2002

SANTOS, M.C.O., J.E.F. OSHIMA, E.S. PACÍFICO, E. SILVA. 2010. Group size and composition of Guiana dolphins (*Sotalia guianensis*) (Van Bénédén, 1864) in the Paranaguá Estuarine Complex, Brazil, 2010 Braz. J. Biol. 70: 11-120.

SANTOS, Nathalia Moreira dos. Os manguezais do complexo estuarino de Paranaguá: variações interdecadais, distribuição da biomassa aérea e formas de uso da madeira. Dissertação de Pós-Graduação, UFPR. Pontal do Paraná, 2013.

SAN VICENTE, Mikel Gurrutxaga. Índices de fragmentación y conectividad para el indicador de biodiversidad y paisaje de la Comunidad Autónoma del País Vasco. Dirección de Biodiversidad Gobierno Vasco, Vitoria-Gasteiz 2003.

SARTORI, Aderson, NETO, Francisco Lombardi, GENOVEZ, Abel Maia. Classificação Hidrológica de Solos Brasileiros para a estimativa da chuva excedente com o método do serviço de conservação do solo dos Estados Unidos. Parte 1: Classificação. In: Revista Brasileira de Recursos Hídricos Volume 10 n.4 Out/Dez 2005, 05-18

SEOANE, Carlos Eduardo Sícole; DIAZ, Vinícius Sandri; SANTOS, Tomaz Longhi; FROUFE, Luiz Claudio Maranhão. Corredores ecológicos como ferramenta para a desfragmentação de florestas tropicais. Pesquisa Florestal Brasileira, Colombo, v. 30, n. 63, p. 207-216, ago./out. 2010

SBCS - Sociedade Brasileira de Ciência Do Solo, 2013. Núcleo Estadual do Paraná. Conhecendo os principais solos do Litoral do Paraná: abordagem para educadores do ensino fundamental e médio / Valentim da Silva, [et.al.]. – Matinhos (PR): UFPR, 2013. 32 p.

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente, ANA - Agência Nacional de Águas. Bacias Hidrográficas do Paraná. Série Histórica, 2010.

SEMA. CASTELA, Rosana Maria Bara; CASTELLA, Paulo Roberto; FIGUEIREDO, Débora Cristina dos Santos; QUEIROZ, Sandra Mara Pereira de. (Orgs.). Subsídios ao Ordenamento das Áreas Estuarina e Costeira do Paraná : Projeto Gestão Integrada da Zona Costeira do Paraná com ênfase na Área Marinha; Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA II; Curitiba: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, 2006.144 p.

SETTI, Deyvid Aleksandr; SETTI, Eloy Olindo. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Porto_de_Antonina2.JPG> By Deyvid Setti e

Eloy Olindo Setti [CC BY-SA 3.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0>) or GFDL (<http://www.gnu.org/copyleft/fdl.html>)], from Wikimedia Commons. Acesso em 2018.

SETTI, Deyvid Aleksandr; SETTI, Eloy Olindo. Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File: orto_de_Paranaguá.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:orto_de_Paranagu%C3%A1.JPG)> By Deyvid Setti e Eloy Olindo Setti [CC BY-SA 3.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0>) or GFDL (<http://www.gnu.org/copyleft/fdl.html>)], from Wikimedia Commons. Acesso em 2018, b.

SETU/PRTUR - SECRETARÍA DO ESPORTE E DO TURISMO, PARANÁ TURISMO. Dados Gerais do Paraná 2006-2011. Curitiba, 2012.

SIGMINE - Sistema de Informações Geográficas Da Mineração. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/assuntos/ao-minerador/sigmine>>. Acesso em: abr. 2018.

SIGMINE - Sistema de Informações Geográficas Da Mineração. Mapa de Polígonos de direitos minerários do litoral do Paraná. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/assuntos/ao-minerador/sigmine>>. Aceso em: abril, 2018.

SÓLA PÉREZ, Mercedes. 2012. Comunidade tradicional de pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi - PR na disputa pela vida: conflitos e resistências territoriais frente à implantação de políticas públicas de desenvolvimento. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba.

SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. Programa E-CONS – Empreendedores da Conservação. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.spvs.org.br/projetos/programa-e-cons/>

TIN, Flávio. In: GÊNOVA, Viviane de STEPANSKI, Elaine. Praias de Florianópolis terão mais acessibilidade. Florianópolis, Santa Catarina, 3 fev. 2015. Notícias do Dia. Disponível em: < <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/acessibilidade-nas-praias-de-florianopolis>>

UFPR - Universidade Federal do Paraná, 2018. Carta de Matinhos. II Forum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral do Paraná, UPFR Litoral, Campus Matinhos, 16 de agosto de 2018.

URROZ LOPES, José Antonio (Coord.). Estudio de Impacto Ambiental Porto de Paranaguá. ENGEMIN, 2004. Disponível em: < <http://www.colit.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=13>>

VANDRESEN, J. C. Povos e Comunidades Tradicionais em Unidades de Conservação: A Cartografia Social como Instrumento de Mobilização dos Ilhéus do Rio Paraná. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Centro –Oeste – Unicentro.Guarapuava, 2014, 220 p.

VÁZQUEZ, Oscar. In: LOIS, Antón. El feo de la playa de O Vao. Vigo, Espanha, 24 oct. 2016. La Voz de Galicia. Disponível em: https://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/vigo/vigo/2016/10/23/feo-playa-vao/0003_201610V23C4992.htm

WREGGE, Marcos Silveira; GARRASTAZU, Marilice Cordeiro; SOARES, Márcia Toffani Simão; FRITZSONS, Elenice; SOUSA, Valderes Aparecida de; AGUIAR, Ananda Virginia de. Principais fitofisionomias existentes no estado do Paraná e os novos cenários definidos pelas mudanças climáticas globais. *Ambiência - Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais* V.13 N.3 Set/Dez 2017

REFERÊNCIAS: VOLUME 4 – CAPÍTULO 5 ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

ANGELIS NETO, G. Gestão de Resíduos Sólidos nas cidades litorâneas do estado do Paraná. 2015. 366 p. Relatório de atividades (Pós-Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental, Universidade Federal do Paraná, Paraná.

AGUASPARANÁ, 2018. Análise da transposição Capivari-Cachoeira. Plano da bacia hidrográfica litorânea, Produto 14. Disponível em: http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/LITORANEA/Plano_de_bacia/P14_Re_v00.pdf. Acesso em 03/11/2018.

ANATEL, 2018a. Estações licenciadas de serviço de telefonia móvel pessoal. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/setorregulado/telefonia-movel-outorga/lista-de-estacoes>. Acesso em 08/11/2018.

ANATEL, 2018b. Fiscalização municipal da telefonia móvel. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/dados/controle-de-qualidade/fiscalizacao-municipal-da-telefonia-movel>. Acesso em 08/11/2018.

ANATEL, 2018c. Acessos Banda Larga Fixa. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/dados/acessos-banda-larga-fixa>. Acesso em 08/11/2018.

ANATEL, 2018d. Qualidade - Banda Larga Fixa. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/dados/controle-de-qualidade/controle-banda-larga>. Acesso em 08/11/2018.

ANATEL, 2018e. Banda Larga Fixa - Ranking por UF. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/dados/controle-de-qualidade/110-qualidade/indicadores-de-qualidade/banda-larga-fixa/314-ranking-por-uf-scm>. Acesso em 08/11/2018.

ANATEL, 2018f. Acessos TV por assinatura. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/dados/acessos-tv-por-assinatura>. Acesso em 09/11/2018.

ANATEL, 2018g. Qualidade - TV por assinatura. Disponível em:
<http://www.anatel.gov.br/dados/controle-de-qualidade/controle-tv>. Acesso em
 09/11/2018.

ANATEL, 2018h. Infraestrutura - Radiodifusão. Disponível em:
<http://www.anatel.gov.br/dados/2015-02-04-18-36-55>. Acesso em 09/11/2018.

ANEEL, 2008. Atlas de energia elétrica do Brasil. Disponível em:
<http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas3ed.pdf>. Acesso em 02/11/2018.

ANEEL, 2012. Resolução Normativa 482. Disponível em:
<http://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren2012482.pdf>. Acesso em 03/11/2018.

ANEEL, 2017. Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/prodist>. Acesso em 03/11/2018.

ANEEL, 2018a. Banco de Informações de Geração. Capacidade de geração no Brasil. Disponível em:
<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>. Acesso em 03/11/2018.

ANEEL, 2018b. Banco de Informações de Geração. Capacidade instalada por Estado. Disponível em:
<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/ResumoEstadual.asp>. Acesso em 03/11/2018.

ANEEL, 2018c. Contratos de concessão. Linhas de transmissão. Disponível em:
<http://www.aneel.gov.br/contratos-de-transmissao>. Acesso em 03/11/2018.

ANEEL, 2018d. Contratos de distribuição. Disponível em:
<http://www.aneel.gov.br/contratos-de-distribuicao>. Acesso em 03/11/2018.

ANEEL, 2018e. Iasc. Índice ANEEL de satisfação do consumidor. Disponível em:
<http://www.aneel.gov.br/pesquisas-iasc>. Acesso em 03/11/2018.

ANEEL, 2018f. Indicadores de qualidade. Disponível em:
<http://www.aneel.gov.br/indicadores>. Acesso em 04/11/2018.

ANEEL, 2018g. Relatório de Acompanhamento de Estudos e Projetos de Usinas Hidrelétricas. Disponível em:
<http://www.aneel.gov.br/documents/655808/0/Relat%C3%B3rio+de+Acompanhamento+de+Estudos+e+Projetos/101e5ee3-ada5-49b6-a107-770f0ac03a12>. Acesso em 04/11/2018.

ANEEL, 2018h. Unidades consumidoras com geração distribuída. Disponível em:
http://www.aneel.gov.br/outorgas/geracao//asset_publisher/mJhnKli7qcJG/content/registro-de-central-geradora-de-capacidade-reduzida/655808?inheritRedirect=false.
 Acesso em 04/11/2018.

ANP, 2008. A cadeia do petróleo e gás no Brasil. Aspectos Regulatórios. Disponível em:
<http://www.anp.gov.br/wwwanp/?dw=6911>. Acesso em 02/11/2018.

ANP, 2016. Cartograma 2.3 – Infraestrutura de produção e movimentação de gás natural. Disponível em:
<http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/anuario-estatistico/2017/Cartogramas/C2.3.jpg>. Acesso em 03/11/2018.

ANP, 2017. Boletim Mensal do Biodiesel – Informações de mercado 2017. Disponível em:
<http://www.anp.gov.br/producao-de-biocombustiveis/biodiesel/informacoes-de-mercado>. Acesso em 03/11/2018.

ANP, 2018a. Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis. Disponível em:
http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/anuario-estatistico/2018/anuario_2018.pdf. Acesso em 30/10/2018

ANP, 2018b. Dados estatísticos: Vendas anuais de etanol hidratado e derivados de petróleo por município. Disponível em:
<http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos>. Acesso em 31/10/2018.

ANP, 2018c. Postos revendedores de combustíveis. Disponível em: <https://postos.anp.gov.br/>. Acesso em: 31/10/2018.

ANP, 2018d. Plantas de biodiesel Autorizadas para Operação. Disponível em: http://www.anp.gov.br/images/PROD_FORN_BIOCOMBUSTIVEIS/Biodiesel/Mapa_Biodiesel.jpg. Acesso em 03/11/2018.

ANTAQ, 2018. Painel Estatístico Aquaviário. Disponível em: <http://web.antaq.gov.br/ANUARIO/>. Acesso em 03/11/2018.

BRASIL, 2015. Governo estabelece adição de 27% de etanol na gasolina. Economia e Emprego. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/03/adicao-de-27-de-etanol-na-gasolina-e-estabelecida-pelo-governo>. Acesso em 03/11/2018.

BRASIL, 2016. Pesquisa Brasileira de Mídia. 2016. Disponível em: <http://pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>. Acesso em 06/11/2018.

CALDAS, G. A. de A, 2018. Lei Geral de Telecomunicações – O que dispõe a Lei 9472/97.

CISNEIROS, S, 2015. Estratégias conceituais da operação do Sistema Interligado Nacional. Portal O Setor Elétrico. Disponível em: <https://www.osetoelettrico.com.br/estrategias-conceituais-da-operacao-do-sistema-interligado-nacional/>. Acesso em 08/11/2018.

COMPAGAS, 2018a. COMPAGAS em números. Disponível em: <http://www.compagas.com.br/index.php/a-compagas/sobre-a-compagas>. Acesso em 03/11/2018.

COMPAGAS, 2018b. Mapa da rede de distribuição. Disponível em: <http://mapa.compagas.com.br/>. Acesso em 31/10/2018.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ. Plano Diretor da Região Litorânea do Paraná: sistemas de abastecimento de água dos municípios de Matinhos,

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA- CMTU, Coleta de Resíduos Recicláveis, Programa Londrina Recicla. Disponível em <<http://www.cmtuld.com.br/index.php/coleta-reciclavel.html>> Acesso em 17 set. 2018>

COPEL, 1999a. Usina Hidrelétrica Guaricana. Relatório Ambiental COPEL – GERAÇÃO GESPR/SPRGPR/EQGMA. Setembro de 1999.

COPEL, 1999a. Usina Hidrelétrica Marumbi. Relatório Ambiental COPEL – GERAÇÃO GESPR/SPRGPR/EQGMA. Setembro de 1999.

COPEL-TELECOM, 2017. Internet no litoral do Paraná: por que você não precisa se preocupar com o sinal de Wi-Fi no verão 2018. Disponível em: <http://www.copeltelecom.com/site/blog/internet-no-litoral-do-parana-wi-fi-no-litoral-verao-2018/>. Acesso em 10/11/2018.

CRAIDE, S, 2017. Número de linhas de celulares tem queda de 5,5% no último ano. Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/numero-de-linhas-de-celulares-tem-queda-de-55-no-ultimo-ano>. Acesso em 06/11/2018.

DETRAN-PR, 2018. Frota de veículos por tipo e município. Disponível em: <http://www.detran.pr.gov.br/modules/catasg/servicosdetalhes.php?tema=detran&id=469>. Acesso em 31/10/2018.

EPE, 2018a. Balanço Energético Nacional 2018. Disponível em: <http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-303/topico-419/BEN2018.pdf>. Acesso em 30/10/2018.

EPE, 2018b. Sistema de informação geográfica do Setor Energético Brasileiro. Disponível em: <https://gisepeprd.epe.gov.br/webmapepe/>. Acesso em 30/10/2018.

ESTEVEES, C.J. Vulnerabilidade Socioambiental na área de ocupação contínua do litoral do Paraná - Brasil. 2011. 354 p. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Paraná.

FARIAS, S. Cidade do interior de São Paulo pode ser a primeira do país a tratar 100% do esgoto rural. Holambra, (SP), Fevereiro de 2016. Disponível em <<https://canalrural.uol.com.br/programas/cidade-interior-sao-paulo-pode-ser-primeira-pais-tratar-100-esgoto-rural-62104/>> Acesso em 17 set. 2018.

ALMEIDA, R. B. Saneamento Básico Rural: A iniciativa do Projeto Água Limpa. 2013. 7 p. Trabalho Técnico - Pós-graduanda em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar (UFFS).

FOLHA DE SÃO PAULO, 2018. Supremo libera a volta do programa internet para todos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/supremo-libera-a-volta-do-programa-internet-para-todos.shtml>. Acesso em 08/11/2018.

HENRIQUES DIAS, B, 2006. Modelo de análise de riscos aplicado ao sistema elétrico brasileiro. Rio de Janeiro, Brasil: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO.

HIPERATIVA COMUNICAÇÕES, 2015. Os 20 pontos para democratização das comunicações no Brasil. Disponível em: <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/os-20-pontos/>. Acesso em 05/11/2018.

IBGE, 2017. Renda domiciliar per capita. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default_renda_percapita.shtm. Acesso em 05/11/2018.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS –ITCG. Zoneamento Ecológico-Econômico Fase Litoral, 2013, 408p. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/inscrit_quest/formulario.php?codigo=3>. Acesso em 17 set. 2018.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS –ITCG. Zoneamento Ecológico-Econômico Fase Litoral, 2013, 408p. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/inscrit_quest/formulario.php?codigo=3>. Acesso em 17 set. 2018.

IPARDES, 2011. Usinas termelétricas. Anuário 2010. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/anuario_2011/index.html. Acesso em 03/11/2018.

IPARDES, 2017a. Mapa temático. Consumo de energia elétrica. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em 03/11/2018.

IPARDES, 2017b. Dados municipais. Radiodifusão. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em 06/11/2018.

IPARDES, 2018a. Sistema de consulta municipal. Energia Elétrica. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em 03/11/2018.

IPARDES, 2018b. Perfil avançado dos municípios. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29. Acesso em 31/10/2018.

MACEDO, H. R. L, 2017. Surgimento e evolução da internet no Brasil. Eletronet. Disponível em: <https://eletronet.com/surgimento-e-evolucao-da-internet-no-brasil/>. Acesso em 07/11/2018.

MCTIC, 2017a. Dados do setor de comunicações. Disponível em: <http://sistema.mctic.gov.br/DSCOM/view/Informacoes.php> . Acesso em 09/11/2018.

MCTIC, 2017b. Programa Internet para todos. Disponível em: http://internetparatodos.mctic.gov.br/portal_ipt/opencms. Acesso em 08/11/2018.

MEIRELLES, G. L, 2012. A Legislação Nacional de Telecomunicação nos anos 60 e 70 e a Rede Globo como estudo de caso.

MULLER, N, 2018. O começo da internet no Brasil. Oficina da Net. Disponível em:
https://www.oficinadanet.com.br/artigo/904/o_comeco_da_internet_no_brasil.

Acesso em 06/11/2018.

ONS, 2018a. Sistema Interligado Nacional. Disponível em:
<http://ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/o-que-e-o-sin>. Acesso em 04/11/2018.

ONS, 2018b. SINDAT. Disponível em:
<http://sindat.ons.org.br/SINDAT/Home/ControleSistema>. Acesso em 04/11/2018.

Petrobras, 2018. Nossas atividades > Principais Operações. Disponível em:
<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/>. Acesso em 30/10/2018.

Pontal do Paraná, Guaratuba, Morretes e Guaraqueçaba. Sanepar, 2015, 127p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA. Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Guaratuba. 2002, 137p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS. Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Matinhos. 2006, 346p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá. 2007, 406p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ. Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná. 2004, 235p.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE– SEMA. Plano de Gestão Integrada e Associada de Resíduos Sólidos Urbanos do Estado do Paraná - PEGIRSU – PR, 2013, 167p.
Disponível em:

<<http://www.residuossolidos.sema.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>. Acesso em 17 set. 2018.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ. Plano de desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS. 417p.

SIMEPAR – Tecnologia e Informações Ambientais, Projeto Básico de controle de cheias e controle de erosão marinha, microdrenagem, macrodrenagem, controle da erosão marinha, município de Guaratuba, 2007, 44p. Memorial Técnico, SUDERHSA – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Paraná.

SIMEPAR – Tecnologia e Informações Ambientais, Projeto Básico de controle de cheias e controle de erosão marinha, microdrenagem, macrodrenagem, controle da erosão marinha, município de Matinhos, 2007, 58p. Memorial Técnico, SUDERHSA – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Paraná.

SIMEPAR – Tecnologia e Informações Ambientais, Projeto Básico de controle de cheias e controle de erosão marinha, microdrenagem, macrodrenagem, controle da erosão marinha, município de Pontal do Paraná, 2007, 55p. Memorial Técnico, SUDERHSA – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Paraná.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. Série Histórica, 2016. Disponível em: <<http://app3.cidades.gov.br/serieHistorica/#>> Acesso em 17 set. 2018.

TBG. Traçado do Gasoduto Bolívia-Brasil. Disponível em: <http://www.tbg.com.br/pt-br/o-gasoduto/tracado.htm>. Acesso em 31/10/2018.

TELEBRASIL, 2014. O Setor de Telecomunicações no Brasil - Uma Visão Estruturada. Disponível em: <http://www.telebrasil.org.br/panorama-do-setor/o-setor-de-telecomunicacoes>. Acesso em 09/11/2018.

TELECO, 2018. Estatísticas do Brasil - Geral. Disponível em: <http://www.teleco.com.br/estatis.asp>. Acesso em 08/11/2018.

THECITIES, 2018. Comunicação no Paraná. Disponível em:
<https://www.thecities.com.br/Brasil/Paran%C3%A1/Comunica%C3%A7%C3%A3o/>.
 Acesso em 07/11/2018.

Transpetro, 2017. Mapa de localização dos terminais e dutos. Disponível em:
<http://www.transpetro.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A9D2AFB602739EB01605517AF8C4564>. Acesso em 02/11/2018.

TRATA BRASIL Saneamento e Saúde. Saneamento melhora, mas metade dos brasileiros segue sem esgoto no país G1. Brasil, fevereiro de 2018. Disponível em <
<http://www.tratabrasil.org.br/blog/2017/02/09/o-saneamento-em-area-rural/>>
 Acesso em 17 set. 2018.

UNICA, 2018. UNICADATA: Moagem de cana-de-açúcar e produção de açúcar e etanol – safra 2017/2018. Disponível em: <http://www.unicadata.com.br/historico-de-producao-emoagem.php?idMn=32&tipoHistorico=4&acao=visualizar&idTabela=1984&safr=2017%2F2018&estado=PR>. Acesso em 03/11/2018.

VALENTE, J, 2018. Lei das Telecomunicações faz 21 anos em meio a crescimento da internet. Agência Brasil. Disponível em:
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/lei-das-telecomunicacoes-faz-21-anos-em-meio-crescimento-da-internet>. Acesso em 08/11/2018.

VELASCO, C. Saneamento melhora, mas metade dos brasileiros segue sem esgoto no país G1. São Paulo, fevereiro de 2017. Disponível em
 <<https://g1.globo.com/economia/noticia/saneamento-melhora-mas-metade-dos-brasileiros-segue-sem-esgoto-no-pais.ghtml>> Acesso em 17 set. 2018.

Documentos

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA, FUNDAÇÃO DE ENSINO DE ENGENHARIA DE SANTA CATARINA – FEESC, LABORATÓRIO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA - LABTRANS. Plano de desenvolvimento e zoneamento – PDZPO do porto de Paranaguá. 2012.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA, FUNDAÇÃO DE ENSINO DE ENGENHARIA DE SANTA CATARINA – FEESC, LABORATÓRIO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA - LABTRANS. Plano de desenvolvimento e zoneamento – PDZPO do porto de Paranaguá. Revisão 04. 2017.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA, FUNDAÇÃO DE ENSINO DE ENGENHARIA DE SANTA CATARINA – FEESC, LABORATÓRIO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA - LABTRANS. Plano Mestre Porto de Paranaguá. 2013.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA, FUNDAÇÃO DE ENSINO DE ENGENHARIA DE SANTA CATARINA – FEESC, LABORATÓRIO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA - LABTRANS. Plano Mestre Porto de Antonina. 2013

ANDRIGUETTO FILHO J.M., HAIMOVICI M., JUDITH ISAAC V., SILVA MARTINS A. A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: Recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. Belém. Editora Universitária UFPA, 2006.

AQUAPLAN E TCP. Estudo de Impacto de Vizinhança. Terminal de Contêineres de Paranaguá. 2017.

CONFEDERAÇÃO DO TRANSPORTE. Anuário CNT do transporte. 2015.

CONFEDERAÇÃO DO TRANSPORTE. Pesquisa CNT de rodovias 2017. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Plano Brasil de Infraestrutura Logística PBLong. 2013.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER/PR, GOVERNO DO ESTADO DE PARANÁ, CIA AMBIENTAL. Estudo de impacto ambiental. Rodovia PR-340. Trecho compreendido entre a BR-277 e Antonina. Volume 1. 2016.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER/PR. Apresentação projeto novo acesso ao Porto de Antonina.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE - DNIT Pesquisa Nacional de Tráfego 2011. Resumo Pesquisa Volumétrica por Turno. Posto 112 da BR-277/PR. 2011.

ENGEMIN Engenharia e geologia. Estudo de Impacto Ambiental Faixa de Infraestruturas em Pontal do Paraná. Volume I. 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA - SEIL, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER. Sistema Rodoviario Estadual 2017. 2017

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Zoneamento Ecológico – Econômico do Estado do Paraná. Litoral. 2016.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Programa de Investimentos em Logística: Rodovias e Ferrovias - PIL. Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. 2012.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO MCTI, RECEITA FEDERAL, ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES E ADMINISTRAÇÕES TRIBUTÁRIAS ESTADUAIS ENCAT, CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA CONFAZ, CENTRO DE PESQUISAS AVANÇADAS WERNHER VON BRAUN. Brasil id. Piloto operacional. Um resumo sobre a situação atual das ferramentas e infraestrutura Brasil-ID em operação.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. Programa de Aceleração do Crescimento PAC 2015-2018, 5º balanço estado do Paraná.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTE, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL - MPTA. Plano Nacional de Logística Portuária. 2015.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTE, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL - MPTA. Plano Nacional de Logística Portuaria, Projeção de demanda e carregamento da malha. 2015.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTE, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL - MPTA. Plano Nacional de Logística e Transportes. 2012

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO - MTPA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC, LABORATÓRIO DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA- LABTRANS. Plano Mestre Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL ANTONINA. Plano Diretor Municipal de Antonina. Lei municipal Nº20/2008. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Plano Diretor de Guaraqueçaba. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA. Edital De Concorrência Pública Nº 002/2018 – PMG. Processo Nº 1847/2018. Concessão de serviço público para transporte. Tipo técnica e menor preço da tarifa – maior pontuação. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS. Pedido de Licitação 061-2016. Pedido para contratação de empresa para exploração do Transporte coletivo Urbano de Passageiros no Município de Matinhos. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá. Volume II. Diretrizes, propostas e planos de ações e investimentos. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. Plano de Mobilidade Urbana. Município de Paranaguá. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL GUARATUBA. TECNOLOGIA EM SISTEMAS ESPACIAIS LTDA. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Guaratuba. Revisão. Diagnóstico Consolidado. Volume II. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL MATINHOS. GOVERNO DO PARANÁ. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE. Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Matinhos. Propostas. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL PONTAL DO PARANÁ. GOVERNO DO PARANÁ. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná. Caderno de Propostas. 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SEIL. Apresentação projeto Faixa de infraestrutura Pontal do Paraná.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO PARANÁ SEIL/PR, FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FAPUE. Plano Hidroviário Do Paraná: Levantamento Das Potencialidades Das Hidrovias Do Estado Do Paraná. Relatório Final. 2014.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD Review of Maritime Transport. 2017.

Recursos da Web

APM Terminais. Disponível em: <http://www.apmterminals.com/>. Acesso em: 15 jan. 2018

Balas Antonina. Disponível em: <http://www.balasantonina.com.br/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Comisión económica para América Latina y el Caribe. Disponível em: www.cepal.org. Acesso em: 11 jan. 2018.

Departamento de Estradas de Rodagem. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística. Estado de Paraná. Disponível em: <http://www.der.sp.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 jul. 2018.

Ministério dos transporte, portos e aviação civil. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2018.

Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2018.

Port Technology. Disponível em: www.porttechnology.org. Acesso em: 22 jan. 2018.

Prefeitura Municipal de Antonina. Disponível em: <http://antonina.pr.gov.br/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba. Disponível em: <http://www.guaraquecaba.pr.gov.br/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Prefeitura Municipal de Guaratuba. Disponível em: <http://portal.guaratuba.pr.gov.br/index.php>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Prefeitura Municipal de Matinhos. Disponível em: <http://www.matinhos.pr.gov.br/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Prefeitura Municipal de Morretes. Disponível em: <http://www.morretes.pr.gov.br/>.

Acesso em: 12 julh. 2018.

Prefeitura Municipal de Paranaguá. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/>.

Acesso em: 13 julh. 2018.

Salve a Ilha do Mel. Disponível em: <http://site.salvailhadomel.com.br/>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Secretaria de estado de Infraestrutura e Logística. Disponível em: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/> Acesso em: 22 jan. 2018.

Viação Graciosa. Disponível em: <http://www.viacaograciosa.com.br/> Acesso em: 13 julh. 2018.

Viação Marumbí. Disponível em: <http://www.viacaomarumbi.com.br/>. Acesso em: 13 julh. 2018.

Viação Oceânica Sul. Disponível em: <http://www.oceanicasul.com.br/>. Acesso em: 13 julh. 2018.

Viação Rocio. Disponível em: <http://novo.rocio.com.br/>. Acesso em: 13 julh. 2018.

World Shipping Counsil. Disponível em: <http://www.worldshipping.org/>. Acesso em: 23 jan. 2018.

Imprensa Escrita

A VOZ DO NAVEGANTE. Pescadores de Guaratuba e região sustentam que defeso errado prejudica pesca sustentável do sete-barbas. Disponível em: http://www.avozdonavegante.com.br/0211_.html. Acesso em: 30 julh. 2018.

AGORA LITORAL. Morre adolescente atropelada por ônibus em Paranaguá. Disponível em: <http://agoralitoral.com.br/noticias/morre-adolescente-atropelada-por-onibus-em-paranagua/>. Acesso em: 19 fev. 2018.

AGORA LITORAL. Richa garante construção de um viaduto na Ayrton Senna. Disponível em: <http://agoralitoral.com.br/politica/richa-garante-construcao-de-viaduto-na-ayrton-senna/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

AGORA LITORAL. Trabalhador morre atropelado por caminhão em Paranaguá. Disponível em: <http://agoralitoral.com.br/noticias/trabalhador-morre-atropelado-em-paranagua/>. Acesso em: 24 jan. 2018.

ARCOWEB. Arquiteta propõe ponte de dois andares como alternativa para travessia no litoral do Paraná. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/arquiteta-propoe-ponte-de-dois-andares-para-travessia-no-litoral-do-parana>. Acesso em: 09 jan. 2018.

BAND NEWS FM CURITIBA. Moradores de Guaraqueçaba protestam por asfalto na PR-405. Disponível em: <http://bandnewsfmcuitiba.com/moradores-de-guaraquecaba-protestam-por-asfalto-na-pr-405/>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BEM PARANÁ. Litoral do Paraná fatura R\$ 500 milhões entre Natal e Réveillon. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/litoral-do-parana-fatura-r-500-milhoes-entre-natal-e-reveillon>. Acesso em: 08 jan. 2018.

BEM PARANÁ. Novo porto em Pontal vai gerar empregos, negócios e benefícios sociais. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/novo-porto-em-pontal-vai-gerar-empregos-negocios-e-beneficios-sociais->. Acesso em: 23 jan. 2018.

BEM PARANÁ. Produção de banana é tema de debate no Litoral. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/producao-de-banana-e-tema-de-debate-no-litoral->. Acesso em: 30 julh. 2018.

BEM PARANÁ. TRF mantém veto à construção de estrada entre BR-277 e Antonina. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/trf-mantem-veto-a-construcao-de-estrada-entre-br-277-e-antonina->. Acesso em: 26 jan. 2018.

BEM PARANÁ. Infraestrutura mais moderna melhora vida dos paranaenses. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/infraestrutura-mais-moderna-melhora-vida-dos-paranaenses->. Acesso em: 22 jan. 2018.

BLOG DO ISMAEL. Fila diabólica no ferryboat no Litoral do Paraná. Cadê a ponte Matinhos-Guaratuba, Richa? Disponível em: <https://www.esmaelmoraes.com.br/2017/12/fila-diabolica-no-ferryboat-no-litoral-do-parana-cade-ponte-matinhos-guaratuba-richa/>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BONDE NEWS. Litoral do Paraná vai ganhar nova rodovia, calçadas, ciclovias e acostamentos. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/bondenews/parana/litoral-do-parana-vai-ganhar-nova-rodovia-calçadas-ciclovias-e-acostamentos-455660.html>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BONDE NEWS. Quatro cidades paranaenses ainda não têm acesso por asfalto. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/bondenews/parana/quatro-cidades-paranaenses-ainda-nao-tem-acesso-por-asfalto-415653.html>. Acesso em: 30 jan. 2018.

CORREIO DO LITORAL. Appa anuncia que vai construir cinco viadutos em Paranaguá. Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/5929/appa-anuncia-que-vai-construir-5-viadutos-em-paranagua/>. Acesso em: 09 jan. 2018.

CORREIO DO LITORAL. Artigo: Porque não construir a Ponte de Guaratuba. Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/8783/artigo-porque-nao-construir-a-ponte-de-guaratuba/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CORREIO DO LITORAL. BR-101 – Paraná vai construir? Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/6164/br-101-parana-vai-construir/>. Acesso em: 19 fev. 2018.

CORREIO DO LITORAL. Desculpas contra a ponte de Guaratuba. Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/10967/desculpas-contr-a-ponte-de-guaratuba/>. Acesso em: 24 jan. 2018.

CORREIO DO LITORAL. Guaratuba à frente, produção no Litoral cresce o dobro que no Paraná. Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/10104/guaratuba-a-frente-producao-no-litoral-cresce-o-dobro-que-no-parana/>. Acesso em: 16 jul. 2018.

CORREIO DO LITORAL. Juíza nega liminar e mantém audiência pública em Pontal. Disponível em: < <https://www.correiodolitoral.com/9445/juiza-nega-liminar-e-mantem-audiencia-publica-em-pontal/>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

CORREIO DO LITORAL. Projeto da PRC-101 atrai apenas um interessado. Disponível em: <<https://www.correiodolitoral.com/6533/projeto-da-prc-101-atrai-apenas-um-interessado-1/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

CORREIO DO LITORAL. Richa autoriza licitação da Avenida JK. Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/12430/richa-autoriza-licitacao-da-avenida-jk/>. Acesso em: 10 abril 2018.

CORREIO DO LITORAL. Trabalho solitário de coletor pode valorizar banana de Guaratuba. Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/7090/coletor-de-78-anos-pode-valorizar-banana-de-guaratuba/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CORREIO DO LITORAL. Um projeto de ponte e a Agenda do Litoral. Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/11037/um-projeto-de-ponte-e-a-agenda-do-litoral/>. Acesso em: 24 jan. 2018.

CORREIO DO LITORAL. Wi-fi e acesso a cadeirantes nos ônibus em Guaratuba a partir de 2ª feira. Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/14685/wi-fi-e-acesso-a-cadeirantes-nos-onibus-em-guaratuba-a-partir-de-2a-feira/>. Acesso em: 02 julh. 2018.

COTIDIANO. Porto de Paranaguá recebeu 410 mil veículos, sem sofrer com filas. Disponível em: <https://cgn.inf.br/noticia/267944/porto-de-paranagua-recebeu-410-mil-veiculos-sem-sofrer-com-filas>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FARINHEIRAS DO LITORAL. Comunidade de Açungui. Disponível em: <http://farinheirasdolitoral.blogspot.com/2013/05/comunidade-de-acungui-guaraquecaba-pr.html>. Acesso em: 30 julh. 2018.

FOLHA DE LONDRINA. Guaraqueçaba exporta banana orgânica. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/guaraquecaba-exporta-banana-organica-336532.html>. Acesso em: 30 julh. 2018.

FOLHA DO LITORAL. Prefeito comemora anúncio de construção de viaduto na Ayrton Senna. Disponível em: <https://folhadolitoral.com.br/infraestrutura/prefeito-comemora-anuncio-de-construcao-de-viaduto-na-ayrton-senna/#.W6Dte-gzYdV>. Acesso em: 05 fev. 2018

FOLHA DO LITORAL. Caminhão invade preferencial na entrada do Porto e mata motociclista. Disponível em: <https://folhadolitoral.com.br/policia/caminhao-invade-preferencial-na-entrada-do-porto-e-mata-motociclista/#.W6H2p-gzYdU>. Acesso em: 24 jan. 2018.

FOLHA DO LITORAL. Obras de construção do viaduto e recuperação da Bento Rocha devem começar em março. Disponível em: <https://folhadolitoral.com.br/infraestrutura/obras-de-construcao-do-viaduto-e-recuperacao-da-bento-rocha-devem-comecar-em-marco/#.W6InEugzYdU>. Acesso em: 20 fev. 2018.

FOLHA DO LITORAL. Viaduto na entrada da cidade deve ser entregue até o final de 2018. Disponível em: <https://folhadolitoral.com.br/infraestrutura/viaduto-na-entrada-da->

cidade-deve-ser-entregue-ate-o-final-de-2018/#.W6D3-ugzYdW. Acesso em: 05 fev. 2018

GAZETA DO POVO. Com nova tecnologia, ligação direta entre Antonina e BR-277 volta ser discutida. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/com-nova-tecnologia-ligacao-direta-entre-antonina-e-br-277-volta-a-ser-discutida-aogfjiwz1ghjhshiqsdamn6av/>. Acesso em: 26 jan. 2018.

GAZETA DO POVO. Como a duplicação da PR-407 “saiu” da lista de obrigações do pedágio. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/como-a-duplicacao-da-pr-407-saiu-da-lista-de-obrigacoes-do-pedagio-cfa3qjdafelzzeab02eb1k1up/#ancora-1>. Acesso em: 12 fev. 2018

GAZETA DO POVO. Ferroeste e Rumo divergem sobre necessidade de nova ferrovia no Paraná. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/ferroeste-e-rumo-divergem-sobre-necessidade-de-nova-ferrovia-no-parana-94xcfwln4aahb94ma59vsvexn/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

GAZETA DO POVO. Juíza manda empresa paralisar obras ligadas a ferrovia na Serra do Mar. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/juiza-manda-empresa-paralisar-obras-ligadas-a-ferrovia-na-serra-do-mar-5hfwz1xd5zhmi1uwwvjn0j7n6/>. Acesso em: 30 jan. 2018.

GAZETA DO POVO. Litoral terá novo binário para desafogar trânsito em Pontal do Paraná. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/litoral-tera-novo-binario-para-desafogar-transito-em-pontal-do-parana-a6xjpmzmtyxaw8hpuwahjosz9/#ancora-1>. Acesso em: 23 fev. 2018.

GAZETA DO POVO. Local de acidente com sete mortes na BR-277 terá área de escape. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/local-de-acidente-com-sete-mortes-na-br-277-tera-area-de-escape-0iqhm9v5plclaimtxeomubu6h/>. Acesso em: 26 fev. 2018.

GAZETA DO POVO. Movimento nas estradas do Paraná na volta das praias: confira em tempo real. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/movimento-nas-estradas-do-parana-na-volta-das-praias-confira-em-tempo-real-7izkkavwmnhh7yjgrtono7nhz/>. Acesso em: 08 jan. 2018.

GAZETA DO POVO. Paraná retoma projeto de ferrovia entre Paranaguá e Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/parana-retoma-projeto-de-ferrovia-entre-paranagua-e-mato-grosso-do-sul-dkwlbn9a0njin09fpl8frv7br/>. Acesso em: 30 jan. 2018.

GAZETA DO POVO. Ponte de Guaratuba: governo Richa busca proposta para a obra. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/ponte-de-guaratuba-governo-richa-busca-proposta-para-a-obra-7v4c0l6zcg5e5v0s2mu09qi5d/>. Acesso em: 24 jan. 2018.

GAZETA DO POVO. Ponte no Litoral pode ser a segunda maior do Paraná e uma das mais extensas do país. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/ponte-no-litoral-pode-ser-a-segunda-maior-do-parana-e-uma-das-mais-extensas-do-pais-7gd7l3au3wxl4antzpo1dwaef/>. Acesso em: 24 jan. 2018.

GAZETA DO POVO. Projeto da BR-101 no Paraná volta à estaca zero. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/projeto-da-br-101-no-parana-volta-a-estaca-zero-6ywf6g59ty4tm0bww6ez8q934/>. Acesso em: 25 jan. 2018.

GAZETA DO POVO. Rodovia que liga Matinhos ao ferryboat é teste de paciência para turistas. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/rodovia-que-liga-matinhos-ao-ferryboat-e-teste-de-paciencia-para-turistas-8c1ures3jr37o3bha70u2kwiz/>. Acesso em: 22 jan. 2018.

GAZETA DO POVO. Situação da estrada de Guaraqueçaba é mais delicada e não há solução no horizonte. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e->

[cidadania/situacao-da-estrada-de-guaraquecaba-e-mais-delicada-e-nao-ha-solucao-no-horizonte-4g8vcogzcckr37aepmbse706p/](#). Acesso em: 26 fev. 2018.

GAZETA DO POVO. Terminal de contêineres prepara expansão milionária em Paranaguá. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/terminal-de-containeres-prepara-expansao-milionaria-em-paranagua-7xilbnw9ipvsjcb3uv095xky4/>. Acesso em: 22 jan. 2018.

GAZETA DO POVO. Vai ao litoral do PR ou SC? Confira taxas de pedágio, ferryboat, barca e ônibus. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/vai-ao-litoral-do-pr-ou-sc-confira-taxas-de-pedagio-ferryboat-barca-e-onibus-1rb10s3l9lwxfklj5mnq76fb/>. Acesso em: 23 jan. 2018.

GLOBO. Ibama apreende 3,5 toneladas de camarão e peixe, em empresa de Guaratuba. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/ibama-apreende-35-toneladas-de-camarao-e-peixe-em-empresa-de-guaratuba.ghtml>. Acesso em: 31 julh. 2018.

GLOBO. Porto de Paranaguá alcança 50 milhões de toneladas movimentadas em 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/porto-de-paranagua-alcanca-50-milhoes-de-toneladas-movimentadas-em-2017.ghtml>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GLOBO. São Paulo tem média de 1,4 ocupante por carro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo-tem-media-de-14-ocupante-por-carro-2695421>. Acesso em: 03 set. 2018.

GUIA DE PESCA. APA de Guaraqueçaba será mostrada na convenção do clima. Disponível em: <http://www.guiadapesca.com.br/apa-de-guaraquecaba-sera-mostrada-na-convencao-do-clima/>. Acesso em: 31 julh. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA – IPPUL. Taxa de ocupação veicular. Disponível em: <http://ippul.londrina.pr.gov.br/index.php/taxa-de-ocupacao-veicular.html>. Acesso em: 03 set. 2018.

JB LITORAL. Domero autoriza aumento da passagem e decreto não aparece no Portal da Prefeitura. Disponível em : <https://www.jblitoral.com.br/noticia/domero-autoriza-aumento-da-passagem-e-decreto-nao-aparece-no-portal-da-prefeitura>>. Acesso em: 04 julh. 2018.

JB LITORAL. MP move ação contra fraude em Antonina; empresa envolvida nega. Disponível em: <https://pr.ricmais.com.br/politica/noticias/mp-move-acao-contra-fraude-em-antonina-empresa-envolvida-nega/#gref>. Acesso em: 17 julh. 2018.

JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS. Porto de Paranaguá embarca volume histórico de soja. Disponível em: <https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/porto-de-paranagua-embarca-volume-historico-de-soja>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MASSANEWS. Adolescente morre após ser atropelado por caminhão. Disponível em: <https://massanews.com/noticias/plantao/adolescente-morre-apos-ser-atropelado-por-caminhao-noR2Y.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MASSANEWS. Empresas apresentam propostas técnicas para a Ponte de Guaratuba. Disponível em: <https://massanews.com/noticias/plantao/empresas-apresentam-propostas-tecnicas-para-a-ponte-de-guaratuba-DbbwV.html>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MASSANEWS. Proposta para construção de novo ramal ferroviário será apresentada em evento. Disponível em: <https://massanews.com/noticias/economia/proposta-para-construcao-de-novo-ramal-ferroviario-sera-apresentada-em-evento-On0py.html>. Acesso em: 30 jan. 2018.

OBAGASTRONOMIA. A cachaça de Morretes. Disponível em: <https://obagastronomia.com.br/a-cachaca-de-morretes/>. Acesso em: 31 julh. 2018.

OECO. Banana made in Brazil. Disponível em: https://www.oeco.org.br/reportagens/827-oeco_10354/. Acesso em: 30 julh. 2018.

PALADAR ESTADÃO. Conheça as 50 melhores cachaças do Brasil. Disponível em: <https://paladar.estadao.com.br/noticias/bebida,conheca-as-50-melhores-cachacas-do-brasil,10000013706>. Acesso em: 31 julh. 2018.

PAMCARD. Porto de Paranaguá terá sistema de rastreamento e controle de caminhões e cargas. Disponível em: <https://www1.roadcard.com.br/caminhoneiro/noticias/porto-de-paranagua-tera-sistema-de-rastreamento-e-controle-de-caminhoes-e-cargas>.

Acesso em: 5 fev. 2018.

PARANÁ PORTAL. Caminhoneiros sofrem com roubo de cargas em Paranaguá. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/cidades/caminhoneiros-sofrem-com-o-roubo-de-cargas-em-paranagua/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

PARANÁ PORTAL. Edital do projeto que cria nova estrada no litoral sai neste mês. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/cidades/475199-edital-do-projeto-que-cria-nova-estrada-no-litoral-sai-neste-mes/>. Acesso em: 5 jan. 2018.

PARANÁ PORTAL. Litoral aguarda mais de 2 milhões de turistas no Réveillon. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/cidades/litoral-aguarda-mais-de-2-milhoes-no-reveillon/>. Acesso em: 08 jan. 2018.

PORTAL DE CIDADE – FOZ DA IGUAÇÚ. ANTT libera consulta e estudo para ramal da Ferroeste em Foz. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/educacao/antt-libera-consulta-e-estudo-para-ramal-da-ferroeste-em-foz>. Acesso em: 30 jan. 2018.

PORTAL DE GUARAQUEÇABA. Richa autoriza estudo para pavimentação. Disponível em: <https://www.guaraquecaba.com.br/richa-autoriza-estudo-para-pavimentacao-da-estrada/>. Acesso em: 26 fev. 2018.

PORTAL DE GUARAQUEÇABA. Trabalhos de manutenção melhoram acesso a Guaraqueçaba. Disponível em: <https://www.guaraquecaba.com.br/trabalhos-de-manutencao-melhoram-acesso-a-guaraquecaba/>. Acesso em: 26 fev. 2018.

PORTOS E NAVIOS. Porto de Paranaguá vai usar novo sistema para monitorar caminhões de fertilizantes. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/porto-de-paranagua-vai-usar-novo-sistema-para-monitorar-caminhoes-de-fertilizantes>. Acesso em: 20 fev. 2018.

REVISTA NEWS. Tradição no Paraná, Bala de Antonina faz 38 anos. Disponível em: <https://revistanews.com.br/2018/01/17/tradicao-no-parana-bala-de-banana-de-antonina-faz-38-anos/>. Acesso em: 30 julh. 2018.

RFID BLOG. Porto de Paranaguá utiliza sistema RFID para monitorar caminhões de fertilizantes. Disponível em: <http://rfidblog.com.br/2014/05/porto-de-paranagua-utiliza-sistema-rfid-para-monitorar-caminhoes-de-fertilizantes/>. Acesso em: 5 fev. 2018.

RIC MAIS NOTICIAS. Jovem marinheiro morre em acidente de trânsito em Paranaguá. Disponível em: <https://pr.ricmais.com.br/dia-a-dia/noticias/jovem-marinheiro-morre-em-acidente-de-transito-em-paranagua/>. Acesso em: 8 fev. 2018.

THE JOURNAL OF COMMERCE. Savi Networks Launches Savitrak With 1st RFID-Tagged Containers For Major Supplier Of Consumer Goods From Asia To The U.S. Disponível em: <https://www.joc.com/savi-networks-launches-savitrak-1st-rfid-tagged-containers-major-supplier-consumer-goods-asia-us>. Acesso em: 06 julh. 2018.

THE JOURNAL OF COMMERCE. Savi Networks' New Wireless Cargo Tracking Capability. Disponível em : https://www.joc.com/savi-networks-new-wireless-cargo-tracking-capability_20090401.html. Acesso em: 06 julh. 2018.

TRIBUNA PARANÁ. Agricultores do litoral exportam banana orgânica. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/economia/agricultores-do-litoral-exportam-banana-organica/>. Acesso em: 30 julh. 2018.

REFERÊNCIAS: VOLUME 5 – CAPÍTULO 6 ASPECTOS ECONÔMICOS

ASSIS, A.C.V. et. AL. Ferrovias de carga brasileiras: uma análise setorial. BNDES setorial. 43. Rio de Janeiro: BNDES, setembro 2017.

Bem Paraná. Disponível em <<http://www.bemparana.com.br/noticia/364444/litoral-do-parana-vai-aumentar-sete-vezes-a-populacao-neste-fim-de-ano>> Acesso em 15/02/2018.

BETTI, P. Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Local em Unidades de Conservação: Estúdio de caso na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagüi, Guaraqueçaba- Paraná. Universidade Federal do paraná. Curitiba, 2014.

BRASIL. 2013a. Turismo. Tipos de turismo: negócios e eventos. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/turismo/tipos-de-turismo/negocios-e-eventos>. Acesso em: ago. 2013.

BRASIL. 2013b. Patrimônio brasileiro. Cultura. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/patrimonio-brasileiro>. Acesso em: ago. 2013.

BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto M. de. 2005. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. Revista Brasileira de Estudos da População. São Paulo: v. 22, n. 2, p. 351-369, jul/dez 2005.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. MTE. Ministério do Trabalho.

CAMARGO, A. Da terra ao mar: Turismo de Base Comunitária no espaço vivido de Superagüi – Guaraqueçaba, Paraná. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2015.

CARLTON, D.W.; PERLOFF, J.M. Modern industrial organization 2nd ed. New York HarperCollins College Publishers 1994

CINTRA et all. Movimentos Pendulares no Paraná. IN: Cadernos Ipardes, v.2, n.2, p.15-31, jul/dez. Curitiba, 2012.

CROCCO; M.A. et. Ali. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. In Nova Economia. V. 16, N.2. Belo Horizonte: maio/agosto, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000200001> Acesso em 22/02/18

DOS SANTOS, F.; RODRIGUES, S.; BELFORT, C. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: estratégias para a administração da atividade no país. In Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2013.

ECOPARANA. Número de visitantes da Ilha do Mel 200- a 2004. Pontal do Sul, PR, 2005.

FINGLETON, B.; IGLIORI, D.C.; MOORE, B.R. Cluster dynamics: new evidence and projections for computing services in Great Britain. Journal of Regional Science, Vol. 45, No. 2, p. 283-311, 2005.

GODET, Michel. Introduction to prospective. Future. 1986

GONÇALVES JR, et al. O método estrutural-diferencial: aplicação da adaptação de Herzog e Olsen para a microrregião de Maringá frente à economia paranaense 1994/2008. Informe GEPEC, v.14 (2). 2010.

GOVERNO DO ESTADO DE PARANÁ. Zoneamento Ecológico- Econômico do Estado de Paraná. 2016.

HADDAD, P. R. (Org.). Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD et al. Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989. p. 225-247, 1989.

HADDAD, P. R. Método de Análise diferencial-estrutural. Economia regional (Teorias e métodos de análise). Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil, 1989.

HAKKERT, Ralph; MARTINE, George. 2006. Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. Revista Parcerias Estratégicas. Brasília: n. 22, p. 347-379, jun. 2006.

IAP- Instituto Ambiental do Paraná. Número de Visitantes nas Unidades de Conservação Paranaense (2007-2016). Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/pagina-1248.html>
Acesso em: maio 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1980. Censo demográfico: 1980. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1991. Censo demográfico: 1991. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Censo demográfico: 2000. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2007. Contagem da População 2007. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. Perfil dos Municípios Brasileiros 2008. Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC): 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2008/default.shtm>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010a. Censo demográfico: 2010. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. Produto Interno Bruto dos Municípios 2005-2009. Rio de Janeiro: 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012.. IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: oct. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Microdados da Componente Amostral do Censo de 2010.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 2018.

KRUGMAN P. Increasing returns and economic geography. Journal of Political Economy 99, 483-499, 1991.

KRUGMAN, P. Development, geography and economic theory. MIT Press, 1991.

MARTINE, George (coord.); CARVALHO, José Alberto Magno de; ARIAS, Alfonso Rodrigues. 1994. Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social. In: Texto Para Discussão, n. 345. Rio de Janeiro: IPEA, jul/1994.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: <http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/mtur_mapa_turismo_brasilei_2017_virtual_14_02.pdf> Acesso em: julho 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Polo Turístico do Litoral Paranaense. 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2018-2022. Mais emprego e renda para o Brasil. 2017.

MOURA, Rosa. Movimento Pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. In: Cadernos da Metrópole, v. 12, n. 23, jan/jun, 2010.

OBSERVATORIO DO TURISMO DE PARANAGUÁ. Turismo em números. Ilha do Mel – Paranaguá. Pesquisa de Demanda.

OMRAN, Abdel R. 1971. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. In: The Milbank Memorial Fund Quarterly, vol. 49, n. 4, 1971 (p. 509-38).

PARANÁ TURISMO. Paraná Turístico 2026. Pacto para um destino inteligente. 2016.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2000a. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. PNUD, 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Atlas.aspx?view=atlas>>. Acesso em: OCT. 2013.

PORTER, M. Aglomerados e competição: novas agendas para empresas, governos e instituições. In: Competição. Rio de Janeiro: Campus, cap. 7, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA. Plano de Desenvolvimento Turístico de Antonina- PR. Relatório de Acompanhamento. Dez.-2017/Jan-2018. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUA. FUMTUR – Fundação Municipal de Turismo. Plano Master de Turismo de Paranaguá/PR. 2013-2020. 2012.

RAIS. Relatório Anual de Informações Sociais. Brasil: MTE. Ministério do Trabalho.

RIOS-NETO, Eduardo L. G.; MARTINE, Jorge; ALVES, José E. D. 2009. Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas. In: Demografia em debate, vol. 3. Belo Horizonte: ABEP; UNFPA; CNPD, 2009.

SAMPAIO C.; CARVALHO, M.; ALMEIDA F. Turismo comunitário: projeto piloto montanha beija-flor dourado (Microbacia Rio Sagrado, Morretes, Paraná). In Turismo Visão e Ação (Itajaí), v.9; p. 249-266,2007.

SCHEUER, L.; BAHL M. Sazonalidade do turismo no Município de Guaratuba, Paraná, Brasil. In RAEGA 23, p. 289-316. 2011.

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; IAP- Instituto Ambiental do Paraná. Monitoramento das Condições de Balneabilidade das Praias do Litoral Paranaense. Disponível em:

<[http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/balneabilidade/8_Boletim - LITORAL - 2017-18.pdf](http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/balneabilidade/8_Boletim_-_LITORAL_-_2017-18.pdf)> Acesso em: maio 2018.

SETU - Secretaria do Turismo. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011. Região Turística Litoral do Paraná, Brasil. 2008.

SETU - Secretaria do Turismo. Região Turística: Litoral do Paraná em Dados. Estudo da Demanda Turística Litoral. 2000-2006. Curitiba, 2008.

SETU – Secretaria do Turismo; IPARDES – Instituto De Desenvolvimento Econômico e Social. Cadeia Produtiva do turismo no Paraná: estudo sobre as regiões turísticas do estado. 2006.

SIMÕES, Rodrigo. Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. 2005. (Texto para Discussão, n. 259)

SMITH, Adam. The Wealth of Nations. [1776] 2007. Disponível em: https://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA_WealthNations_p.pdf

SOUZA, N.J. Desenvolvimento Regional. São Paulo: Atlas, 2009.

SPERB, M. Avaliação da Capacidade de Carga da Ilha do Mel, PR: Perspectiva de Proprietários do Setor de Hospedagem. In Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol 7 – nº1, pag. 93-102. 2011.

SUZIGAN, W. 2000. Industrial clustering in the state of Sao Paulo. Oxford: Center of Brazilian Studies Working Paper, CBS-13-00 (E).

SUZIGAN, W. et al. 2001. Aglomerações industriais no Estado de São Paulo. Revista de Economia Aplicada, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 695-717, 2001.

SUZIGAN, W. et al. 2003. Coeficientes de Gini locais – GL: aplicação à indústria de calçados do estado de São Paulo, Nova Economia, n. 13 (2), julho-dezembro, 2003, p. 39-60.

SUZIGAN, W. Industrial clustering in the State of São Paulo. Oxford: University of Oxford Centre for Brazilian Studies. (Working Paper CBS-13-00 (E), 2000.

REFERÊNCIAS: VOLUME 6 – CAPÍTULO 7 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

ALVES, Alaôr Caffé. Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões: Novas Dimensões Constitucionais da Organização do Estado Brasileiro. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo: Edição Especial em Comemoração aos 10 Anos de Constituição Federal por ocasião do XXIV Congresso Nacional de Procuradores do Estado, São Paulo, p.11-49, set. 1998. Semestral. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista/tes1.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

AMADO, Frederico. Direito Ambiental. 9ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 12º ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

BARROSO, Luís Roberto. Transporte ferroviário, Federação e competências em matéria ambiental. In: Temas de Direito Constitucional – tomo IV. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. 10ª ed. Trad. Cláudio de Cicco e Maria Celeste C. J. Santos. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Direito Ambiental e teoria jurídica no final do século XX. p. 29. In: VARELA, Marcelo Dias; BORGES, Roxana Cardoso (Orgs.). O novo em Direito Ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 1990. p. 11-33.

BRASIL, República Federativa do Brasil. *Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=9112&t=resultados>>. Visitado em abril de 2018.

BRASIL, República Federativa do Brasil. Lei nº 9.605. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Visitado em junho de 2018.

BRASIL, República Federativa do Brasil. Ministério da Fazenda. STN, Secretaria do Tesouro Nacional. *Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro*

Siconfi. Brasília: STN, 2018. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Visitado em maio de 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal nº 8.429, de 2.06.1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Brasília, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm>. Acesso em: 07 ago. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 7.217, de 21.06.2010. Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm> Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal no 6.513/1977, de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. Brasília, 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6513.htm> Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal no 9.985, de 18.07.2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>
Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal no 10.227, de 23.05. 2001. Cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, no Estado do Paraná e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10227.htm> Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal nº 10.257, de 10.07.2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal nº 11.428, de 22.12.2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm> Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal nº 11.445, de 05.01.2007. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm> Acesso em 04 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal nº 12.608, de 10.04.2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília,

2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm, Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal nº 13.089, de 12.01.2015. Institui o Estatuto da Metrópole. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Medida Provisória nº 844, de 06.07.2018. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Mpv/mpv844.htm#art5> Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Resolução CONAMA 428 de 17 de dezembro. Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. 2010. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641.htm> > Acessado em: 4 de agosto de 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Resolução CONAMA 473 de 17 de dezembro. Prorroga os prazos previstos no §2º do art. 1º e inciso III do art. 5º da Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de

2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. 2015. Disponível em: <
www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=719>. Acessado em: 4 de ago. de 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Superior Tribunal de Justiça. RMS 1.112/PR, Relator Ministro José de Jesus Filho, Segunda Turma, DJU de 14.06.93. Disponível em
<https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199100126420&dt_publicacao=14-06-1993&cod_tipo_documento=&formato=PDF> Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Superior Tribunal de Justiça. RMS 9.629/PR, Relator: Ministro Demócrito Reinaldo, Primeira Turma, julgado em 03/11/1998, DJ 01/02/1999, p. 106. Disponível em
<https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199800248293&dt_publicacao=01-02-1999&cod_tipo_documento=> Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Superior Tribunal de Justiça. RMS 8.766/PR, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, julgado em 06.10.1998, DJ 17.05.1999, p. 150. Disponível em
<https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/listarAcordaos?classe=&num_processo=&num_registro=199700541053&dt_publicacao=17/05/1999> Acesso em 03 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Superior Tribunal de Justiça. RMS 9.155/PR, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Primeira Turma, julgado em 10.08.1999, DJ 27.09.1999, p. 46. Disponível em
<https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199700802787&dt_publicacao=27-09-1999&cod_tipo_documento=> Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Superior Tribunal de Justiça. RMS 9.279/PR, Relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 07.12.1999, DJ 28.02.2000, p. 40. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199700897885&dt_publicacao=28-02-2000&cod_tipo_documento=> Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Superior Tribunal de Justiça. RMS 14.219/PR, Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros, Primeira Turma, julgado em 16/04/2002, DJ 24/06/2002, p. 187. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=IMG&sequencial=8358&num_registro=200200003220&data=20020624&formato=PDF> Acesso em 01 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Superior Tribunal de Justiça. RMS 13.252/PR, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, julgado em 19.08.2003, DJ 03.11.2003, p. 285. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=421082&num_registro=200100703798&data=20031103&formato=PDF> Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Superior Tribunal de Justiça. AR 756/PR, Relator: Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 27/02/2008, DJe 14/04/2008. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=626791&num_registro=199800252860&data=20080414&formato=PDF> Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Supremo Tribunal Federal. Súmula 280. Sessão Plenária de 13-12-1963. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=217>> Acesso em: 20.09.2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Supremo Tribunal Federal. Representação nº 1048, Relator: Ministro Djaci Falcão, Tribunal Pleno, julgado em 04/11/1981, DJ 30-04-1982 PP-04004 EMENT VOL-01252-01 PP-00001 RTJ VOL-00101-02 PP-00474. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=263823> Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Supremo Tribunal Federal. MS 22.164, rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 30-10-1995, Plenário, DJ de 17-11-1995. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=85691> Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Supremo Tribunal Federal. ADI 478, Relator: Ministro Carlos Velloso, Tribunal Pleno, julgado em 09/12/1996, DJ 28-02-1997 PP-04063 EMENT VOL-01859-01 PP-00001. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266374> Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Supremo Tribunal Federal. ADI 3.540 MC, Rel. Min. Celso de Mello, j. 1º-9-2005, P, DJ de 3-2-2006. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=387260> Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Supremo Tribunal Federal. ADI 3.112/DF, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 26 out. 2007. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=491806> Acesso em: 04 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Supremo Tribunal Federal. ADI 1842, Relator: Ministro Luiz Fux, Relator p/ acórdão: Ministro Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 06/03/2013, DJe-181 DIVULG 13-09-2013 PUBLIC 16-09-2013 EMENT

VOL-02701-01 PP-00001. Disponível em
 <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630026>>
 Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Supremo Tribunal Federal. RE nº 474.922/SC-AgR-segundo, Relatora: Ministra Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe de 19/2/13. Disponível em
 <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3337126>>
 Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Supremo Tribunal Federal. RE 527008 AgR-segundo, Relator: Ministra Cármen Lúcia, Segunda Turma, julgado em 17/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-206 DIVULG 16-10-2013 PUBLIC 17-10-2013. Disponível em
 <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4666023>>
 Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Supremo Tribunal Federal. ADI 2340, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 06/03/2013, DJe-087 DIVULG 09-05-2013 PUBLIC 10-05-2013. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630010>> Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Supremo Tribunal Federal. AC 1255 MC-AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 27/06/2007, DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014 EMENT VOL-02754-01 PP-00110. Disponível em
 <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630105>>
 Acesso em: 04 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Supremo Tribunal Federal. ADI 2077 MC, Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. JOAQUIM

BARBOSA, Tribunal Pleno, DJe-09-10-2014. Disponível em: <
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630088>> Acesso
 em: 19 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Supremo Tribunal Federal. RE
 586.224, Relator Ministro Luiz Fux, j. 05.03.2015, Plenário, DJE de 08.05.2015. Disponível
 em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=8399039>>
 Acesso em 05 abr. 2018.

DOMINGUES, Rafael Augusto Silva. A Competência dos Estados-membros no Direito
 Urbanístico: Limites da Autonomia Municipal. Belo Horizonte: Fórum, 2010. 185 p.

GOVERNO DO PARANÁ. ITCG, Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná.
 Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná, 2011-2014. Curitiba: ITCG,
 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações Básicas
 Municipais (Munic) 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em:
 <<https://munic.ibge.gov.br/index.php?periodo=2012>>. Visitado em abril de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações Básicas
 Municipais (Munic) 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em:
 <<https://munic.ibge.gov.br/index.php?periodo=2013>>. Visitado em abril de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações Básicas
 Municipais (Munic) 2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em:
 <<https://munic.ibge.gov.br/index.php?periodo=2014>>. Visitado em abril de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações Básicas
 Municipais (Munic) 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em:
 <<https://munic.ibge.gov.br/index.php?periodo=2015>>. Visitado em abril de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações Básicas
 Municipais (Munic) 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=resultados>>. Visitado em maio de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://munic.ibge.gov.br/index.php?periodo=2015>>. Visitado em junho de 2018.

LEAL, C. Conselho do Litoral: gestão democrática do espaço costeiro. *Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD*, n. 99, p. 83 – 95, Curitiba, Jul./Dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/237>>.

Acesso em: 20 Set. 2018.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. P. 135.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 27ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente*. 10ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 30ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MOTA, Mauricio; GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da; CARDOSO, Patrícia Silva. O ambiente como bem jurídico: a contribuição da análise econômica ao debate no direito brasileiro. *Revista de Direito da Cidade*, v. 10, nº 2, 1201 – 1236, 2018.

PARANÁ. Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Ata da 26ª Reunião Ordinária realizada em 25 de julho de 1989. Disponível em <<http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/ata26.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2018.

PARANÁ. Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Ata da 32ª Reunião Ordinária realizada em 19 de junho de 1990. Disponível em <<http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/ata32.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2018.

PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná, de 05.10.1989. Curitiba, 1989. Disponível em:

<<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=9779&codTipoAto>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

PARANÁ. Decreto Estadual n.º 4605, de 26.12. 1984. Institui o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Curitiba, 1984. Disponível em: http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao/Coletanea_2013_Volume_1.pdf Acesso em: 5 ago. 2018.

PARANÁ. Decreto Estadual n.º 10.856, de 23.04.2014. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Matinhos, e dá outras providências. Curitiba, 2014. Disponível em: <[http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/2014_Plano_Diretor_de_Matinhos/Decreto Estadual__10856_2014____pdpdiMatinhos.pdf](http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/2014_Plano_Diretor_de_Matinhos/Decreto_Estadual__10856_2014____pdpdiMatinhos.pdf)> Acesso em: 4 ago. 2018.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 1.234, de 27.03.1992. DECLARAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL-APA DOS MUNICÍPIOS DESCRITOS PARA COMPATIBILIZAR O USO RACIONAL DOS RECURSOS AMBIENTAIS DA REGIÃO E DISCIPLINAR O USO TURÍSTICO. Curitiba, 1992. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1992/dec_1234_1992_ap aestadual guaratuba_pr.pdf> Acesso em: 10 set. 2018

PARANÁ. Decreto Estadual nº 2722, de 14.03.1984. Aprova o Regulamento que especifica e define as condições para o aproveitamento de áreas e locais considerados de interesse turístico, de que trata o artigo 1.º da Lei Estadual n.º 7389 de 12 de novembro de 1980. Curitiba, 1984. Disponível em:

<http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao/Decreto_2722_14_marco_1984.pdf> Acesso em: 4 ago. 2018.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 4056, de 26.02.1998. Criado o Parque Estadual do Boguaçu no município de Guaratuba. Curitiba, 1998. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=50974&codTipoAto=&tipoVisualizacao=compilado>> Acesso em: 10 set. 2018.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 4996, de 05.09.2016. Aprova o Regulamento que define o documento técnico científico Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Paranaense, ZEE PR – Litoral. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=161678&codItemAto=1001657>> Acesso em: 03 set. 2018.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 5793, de 22.12.2016. Altera o Regulamento que define o documento técnico científico Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Paranaense, ZEE PR – Litoral. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=166838&codTipoAto=&tipoVisualizacao=original>> Acesso em: 03 set. 2018.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 5980, de 19.01.2017. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Pontal do Paraná, e dá outras providências. Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=167879&indice=1&totalRegistros=1>> Acesso em: 4 ago. 2018.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 7948, de 03.10.2017. Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense e sua composição, instituído pelo Decreto nº 4.605, de 26 de dezembro de 1984, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, aprova o seu Regimento Interno e adota outras providências. Curitiba, 2017. Disponível em: <

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=182830&codItemAto=1138184#1138184>> Acesso em: 5 ago. 2018.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 10.855, de 23.04.2014. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Guaratuba, e dá outras providências. Curitiba, 2014. Disponível em:

<http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/2014_Plano_Diretor_de_Guaratuba/DecretoEstadual__10855_2014____pdGuaratuba.pdf> Acesso em: 4 ago. 2018.

PARANÁ. Lei Complementar 202, de 27.12.2016. Altera a Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, que criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná. Disponível em:

<<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=167138>> Acesso em: 19 set. 2018.

PARANÁ. Lei Complementar 94, de 23.07.2002 Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná. Curitiba, 2002. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=11335>> Acesso em: 19 set. 2018.

PARANÁ. Lei Estadual nº 14889, de 04.11.2005. Institui entidade autárquica, vinculada à SEMA, denominada Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC, conforme especifica e adota outras providências. Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=1381&codItemAto=9905>> Acesso em 10 ago. 2018.

PARANÁ. Lei nº 11252, 20.12.1995. Cria o município de Pontal do Paraná, desmembrado do Município de Paranaguá. Curitiba, 1995. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=3529&indice=1&totalRegistros=1&dt=20.8.2018.9.29.25.937>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

PARANÁ. Lei nº 12243, de 31.07.1998. Considera Áreas Especiais de Interesse Turístico e Locais de Interesse Turístico, áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina,

Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, conforme especifica. Curitiba, 1998. Disponível em: <
<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=1661&codItemAto=11808#11808>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

PARANÁ. Lei nº 13979, de 26.12.2002. Redefine, conforme especifica, os limites do Parque Estadual do Boguaçu, no município de Guaratuba, Estado do Paraná. Curitiba, 2002. Disponível em:
 <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=235&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

PARANÁ. Lei nº 7389, de 12.11.1980. Considera áreas e locais de interesse turístico, para os fins da Lei Federal nº. 6.513, de 20 de dezembro de 1977, as áreas e localidades que especifica. Curitiba, 1980. Disponível em:
 <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8679&codItemAto=83274>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível nº 70025304700, Terceira Câmara Cível, Relatora: Desembargadora Matilde Chabar Maia, julgado em 09/04/2009. Disponível em
http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=70025304700&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfields=*&aba=juris&entsp=a__politica-site&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as_qj=&site=ementario&as_epq=&as_oq=&as_eq=&as_q=+#main_res_juris> Acesso em: 01 abr. 2018.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível nº 933523-7, Quinta Câmara Cível, Relator: Desembargador Jorge Xisto Pereira, julgado em 12/03/2013, DJ 09/04/2013. Disponível em
 <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/11433731/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-933523-7#integra_11433731> Acesso em: 01 abr. 2018.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. I Grupo de Câmaras Cíveis, MS 50379-5, Curitiba, Relator J. Vidal Coelho, por maioria, j. 06.03.1997. Disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/1326494/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-50379-5#>> Acesso em: 03 abr. 2018.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. II Grupo de Câmaras Cíveis, MS 651774, Curitiba, Relator Sidney Mora, unânime, j. 25.06.1998. Disponível em <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/1340146/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-651774#integra_1340146> Acesso em: 03 abr. 2018.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Órgão Especial, AI 483376, Curitiba, Relator: Desembargador Ângelo Zattar Unânime, j. 18.06.1999. Disponível em <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/1349608/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-483376#integra_1349608> Acesso em 03 abr. 2018.

PIRES, Magalhães Thiago. As Competências Legislativas na Constituição de 1988. Uma releitura de sua interpretação e da solução de seus conflitos à luz do Direito Constitucional contemporâneo. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

PRESTES, Vanesca Buzelato. A Lei Federal nº 6.766 e a Competência nas Constituições Brasileiras. Revista da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre, Porto Alegre, v. 6, p. 289-302, nov. 1993. Disponível em: <http://www.amprs.org.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1283280746.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.

RAMOS, Marcos Erasmo. Direito ambiental comparado (Brasil - Alemanha - EUA): uma análise exemplificada dos instrumentos legais brasileiros à luz do direito comparado. Maringá: Midiograf II, 2009.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito Ambiental Esquematizado. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SARLET, Ingo; FENSTERSEIFER, Tiago. A competência constitucional legislativa em matéria ambiental à luz do "federalismo cooperativo ecológico" consagrado pelo

ordenamento jurídico. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, ano 18, n. 71, p. 55-116, jul./set. 2013.

SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

Sites visitados:

<http://www.iap.pr.gov.br/>

<http://www.ibama.gov.br/>

<http://www.icmbio.gov.br/>

<http://www.meioambiente.pr.gov.br/>

<http://www.iap.pr.gov.br/>

<http://www.ibama.gov.br/>

<http://www.icmbio.gov.br/>

<http://www.meioambiente.pr.gov.br/>

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AMB Planejamento Ambiental. Terminal Portuário localizado no município de Pontal do Paraná, PR: Relatório de Impacto Ambiental; Estudo de Impacto Ambiental. Curitiba, 2007.

ANDREGUETTO, RCL. AGÊNCIA de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná; Solução para Pequenas Empresas-SEBRAE; Secretaria de Estado do Turismo. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011: Região Turística Litoral do Paraná. Curitiba, 2008.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE RECURSOS DO MAR. Resolução nº 01, de 21 de novembro de 1990. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II). Brasília, v. 1-2, 1990.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE RECURSOS DO MAR. Resolução nº 01, de 21 de novembro de 1990. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II). Brasília, v. 1-2, 1990.

COMISSÃO Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). IX Plano Setorial para os Recursos do Mar, 2016-2019. Sem data.

COMISSÃO Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar, 2012-2015. Sem data.

COMISSÃO Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM); Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO). III Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC) 2015-2016. Sem data.

DENARDIN, Valdir; KOMARCHESKI, Rosilene. Farinheiras do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca. Matinhos: UFPR Litoral, 2015.

DEPARTAMENTO de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná; Assessoria técnica ambiental. Estudo de Impacto Ambiental-Rodovia PR 340: Trecho entre BR-277 e Antonina. Paraná, 2015

DEPARTAMENTO de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná; Assessoria técnica ambiental. Relatório de Impacto Ambiental-Rodovia PR 340: Trecho entre BR-277 e Antonina. Paraná, 2015

DEPARTAMENTO de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná; Assessoria técnica Ambiental Ltda. Estudo de Impacto Ambiental-Rodovia PR 340: Trecho entre BR-277 e Antonina. Paraná, 2015

DEPARTAMENTO de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná; Assessoria técnica Ambiental Ltda. Relatório de Impacto Ambiental-Rodovia PR 340: Trecho entre BR-277 e Antonina. Paraná, 2015

ENGEMIN. Implantação da Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná: Estudo de Impacto Ambiental; Relatório de Impacto Ambiental. Pinhais, 2016.

FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisa e extensão Universitária. Plano Aeroviário Estadual do Paraná: Relatório Final. Curitiba, v.1, 2014.

FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária. Plano Hidroviário do Paraná, Levantamento das Potencialidades das Hidrovias do Estado do Paraná. Curitiba, 2014.

FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisas e extensão Universitária. Plano Aeroviário Estadual do Paraná: Relatório Final. Curitiba, v.2, 2015.

FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisas e extensão Universitária. Plano Aeroviário Estadual do Paraná: Relatório Final. Curitiba, v.3, 2016.

FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisas e extensão Universitária. Plano Aeroviário Estadual do Paraná: Relatório Final. Curitiba, v.4, 2017.

GUARAQUEÇABA. Ramsar Sites Information Service. Guaraqueçaba Ecological Station.

Disponível em: <<https://rsis.ramsar.org/ris/2305>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

GUARATUBA. Ramsar Sites Information Service. Guaratuba. Disponível em:

<<https://rsis.ramsar.org/ris/2317>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

INSTITUTO das Águas do Paraná. Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea. Curitiba, v. 00-

14, 2017. Disponível em:

<<http://www.aguasparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=311>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município Antonina. Curitiba: IPARDES 2018

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. OS VÁRIOS PARANÁS: AS ESPACIALIDADES SOCIOECONÔMICO-INSTITUCIONAIS NO PERÍODO 2003-2015. Curitiba: IPARDES, 2017.

INSTITUTO Socioambiental. Situação atual das Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

INSTITUTO Socioambiental. Situação atual das Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

INSTITUTO Socioambiental. Situação atual das Terras Indígenas. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

MAPA ÁREAS DE POTENCIAIS CONFLITOS DO PLANO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DA MARICULTURA.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Projeto Orla. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/projeto-orla>>.

Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná (ZEE); Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG). Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná, 2011-2014. Curitiba, 2018.

PARANÁ. Agência Nacional de Águas; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMA. Bacias Hidrográficas do Paraná, Séries Históricas. Curitiba, 2010.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 5.040, de 11 de maio de 1989. Aprovação do Regulamento que define o Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-5040-1989-parana-aprovacao-do-regulamento-que-define-o-macro-zoneamento-da-regiao-do-litoral-paranaense>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Decreto nº 2647, de 14 de setembro de 2011. Dispõe sobre elaboração e desenvolvimento do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral do Paraná. Diário Oficial nº 8548 de 14 de setembro de 2011.

PARANÁ. Decreto nº 5.377, 23 de fevereiro de 2005. Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar. Disponível em: <http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/470/PN_RM%20D5377.htm?sequence=1>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Governo do Paraná. Plano Estratégico para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral do Paraná: Diretrizes Preliminares. Antonina, 2011.

PARANÁ. Governo do Paraná. Plano Estratégico para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral do Paraná: Síntese. Antonina, 2011.

PARANÁ. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Zoneamento Ecológico-Econômico. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Ação Federal para a Zona Costeira. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/item/8962-plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-federal-para-a-zona-costeira-paf_zc#iii-paf-zc>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Paraná Projetos; Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Paraná. Litoral do Paraná: Ações Desenvolvidas. Curitiba, 2018.

PARANÁ. Plano de manejo do Parque Estadual da Ilha do Mel. SEMA/IAP/Pró-Atlântica. Curitiba, 2012.

PARANÁ. Plano de manejo do Parque Estadual do Rio da Onça. IAP. Curitiba, 2015.

PARANÁ. Plano de manejo do Parque Estadual Pico do Marumbi. SEMA/IAP. Curitiba, 1996.

PARANÁ. Plano de manejo Estação Ecológica da Ilha do Mel. SEMA/IAP/Pró-Atlântica. Curitiba.

PARANÁ. Plano de manejo Estação Ecológica de Guaraguaçu. SEMA/IAP/Pró-Atlântica. Curitiba, 2006.

PARANÁ. Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.pmma.etc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=1083>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Portal Info Hidro. Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). Disponível em: <<http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/gestao-das-aguas/planos/plano-estadual>>. Acessado em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Portos do Paraná Iniciam Planejamento Estratégico da Infraestrutura Marítima. Disponível em: <<https://www.tcp.com.br/portos-do-parana-iniciam-planejamento-estrategico-da-infraestrutura-maritima/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Portos do Paraná Iniciam Planejamento Estratégico da Infraestrutura Marítima. Disponível em: <<https://www.tcp.com.br/portos-do-parana-iniciam-planejamento-estrategico-da-infraestrutura-maritima/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Portos do Paraná Iniciam Planejamento Estratégico da Infraestrutura Marítima. Disponível em: <<https://www.tcp.com.br/portos-do-parana-iniciam-planejamento-estrategico-da-infraestrutura-maritima/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná. Curitiba, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Plano de Bacias Hidrográficas. Disponível em: <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=146>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Coletânea de Legislações de Uso e Ocupação do Solo no Litoral Paranaense. Curitiba, 2013

PARANÁ. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, et al. Apresentação dos Projetos Contra Riscos e Desastres Ambientais para o Litoral do Estado do Paraná. Curitiba, 2013.

PARANÁ. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, et al. Apresentação dos Projetos e Medidas Sociais e Ambientais no Litoral do Estado do Paraná. Curitiba, 2012.

PARANÁ. Secretaria do Turismo do Estado do Paraná. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Curitiba, 2012

PARANÁ. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná. Oficinas Institucionais de Apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico. Curitiba, 2014.

PARANÁ. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná. Relatório Segunda Rodada de Oficinas Institucionais de Apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná. Curitiba, 2014.

PARANACIDADE; IPARDES; UFPR. Planos Regionais: Desenvolvimento Estratégico do Estado do Paraná. Sem data.

PONTAL DO PARANÁ. Lei nº 642, de 17 de janeiro de 2006. Dispõe sobre o sistema viário básico do Município de Pontal do Paraná, a hierarquia e o dimensionamento das vias públicas no território municipal e traça diretrizes para o arruamento municipal. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pontal-do-parana/lei-ordinaria/2006/64/642/lei-ordinaria-n-642-2006-dispoe-sobre-o-sistema-viario-basico-do-municipio-de-pontal-do-parana-a-hierarquia-e-o-dimensionamento-das-vias-publicas-no-territorio-municipal-e-traca-diretrizes-para-o-arruamento-municipal>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PONTAL DO PARANÁ. Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima: Plano de Intervenção na Orla Marítima de Pontal do Paraná. Sem data.

REIS, Rodrigo et al. Litoral do Paraná: Território e Perspectivas. Sociedade, Ambiente e Gestão. Curitiba: Brazil Publishing, vol.1, 2016.

REIS, Rodrigo et al. Litoral do Paraná: Território e Perspectivas. Cultura, Saúde e Educação. Curitiba: Brazil Publishing, vol.2, 2016.

SANEPAR. Companhia de Saneamento do Paraná. Plano Diretor da Região Litorânea do Paraná: Sistemas de Abastecimento de Água dos Municípios de Matinhos, Pontal do Paraná, Guaratuba, Morretes e Guaraqueçaba. Curitiba: Sanepar, 2015.

Secretaria de Portos da Presidência da República; et al. Plano Mestre Porto de Antonina. Curitiba, 2013.

SISTEMA Meteorológico do Paraná. Projeto Básico Integrado de Micro Drenagem, Macro Drenagem e Controle de Erosão Marinha, Município de Guaratuba, Memorial Técnico. Curitiba: SIMEPAR, 2007.

SISTEMA Meteorológico do Paraná. Projeto Básico Integrado de Micro Drenagem, Macro Drenagem e Controle de Erosão Marinha: Município de Pontal do Paraná, Memorial Técnico. Curitiba: SIMEPAR, 2007.

SISTEMA Meteorológico do Paraná. Sistema Meteorológico do Paraná. Projeto Básico Integrado de Micro Drenagem, Macro Drenagem e Controle de Erosão Marinha: Município de Matinhos, Memorial Técnico. Curitiba: SIMEPAR 2007.

SOCIEDADE de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. Plano Integrado de Conservação para a Região de Guaraqueçaba. Curitiba, v.1, 1992.

SULZBACH, Mayra; Denardin, Valdir (Orgs.). A inclusão, a inserção, a interação, a investigação...: Os in(s) da extensão no Litoral do Paraná. Matinhos: UFPR Litoral, 2013.